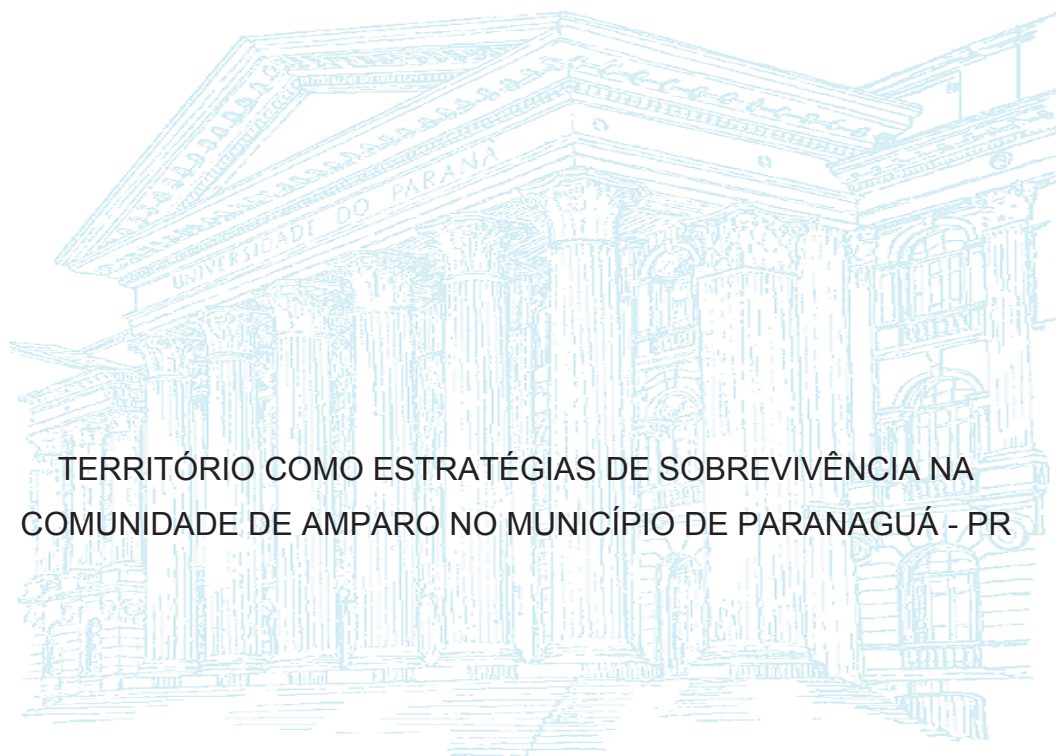


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCIO ROSARIO DO CARMO



TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA
COMUNIDADE DE AMPARO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - PR

MATINHOS
2018

MARCIO ROSARIO DO CARMO

TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA
COMUNIDADE DE AMPARO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - PR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Everson da Silva

MATINHOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C287t Carmo, Marcio Rosario do
Território como estratégias de sobrevivência na comunidade de amparo no
município de Paranaguá - PR / Marcio Rosario do Carmo ;
orientador Luiz Everson da Silva.
114 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2018.

1. Comunidades – Litoral do Paraná. 2. Paranaguá – Comunidades. 3. Cultura –
Litoral do Paraná. 4. Caiçaras – Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) –
Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 981.62



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCIO ROSARIO DO CARMO** intitulada: **Território como estratégia de sobrevivência na Comunidade de Amparo no Município de Paranaguá-PR**, após lerem, inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito da defesa.

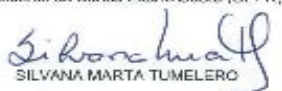
A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 26 de Março de 2018.



LUIZ EVERSON DA SILVA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



SILVANA MARTA TUMELERO

Avaliador Externo (UFSC)



ALLAN PAUL KRELLING

Avaliador Externo (UFPR)

À Deus fonte inspiradora, e a todos que de modo direto ou indireto,
contribuíram para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu Deus, pela sua infinita misericórdia.

À minha digníssima esposa, minha companheira e amiga em todos os momentos de dificuldade Priscila Fernandes do Carmo.

Aos meus pais Nelson e Rosa, pela honrosa educação e por me fazerem acreditar nos meus sonhos.

Ao meu amigo e professor orientador Dr. Luiz Everson da Silva, por ter tido grande paciência em me orientar. Não tenho palavras para descrever a grande admiração que sinto por este nobre professor.

Aos meus amigos, Francisco Teixeira, Francisco Xavier, Rafael Veiga, Silene Batista e Aldine Nobrega por terem feito parte dessa pesquisa, com suas opiniões críticas a respeito do tema pesquisado. Também agradeço a todos os colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Infelizmente não posso citar o nome de todos, pois a lista é grande. Neste caso, prefiro agradecer de forma coletiva, muito obrigado pela amizade de vocês e pelo conhecimento que pude adquirir ao longo desses dois anos de construção da pesquisa.

Um agradecimento todo especial a todos os moradores da Comunidade de Amparo, a quem este trabalho é totalmente dedicado.

Obrigado!!!

“Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem”

Epístola do Apostolo Paulo aos Romanos

RESUMO

A comunidade de Amparo é uma das mais próximas da sede do município de Paranaguá estado do Paraná. Localiza-se em frente ao Porto Dom Pedro II. Tendo uma vasta riqueza em sua biodiversidade e por estar inserida numa Área de Proteção Ambiental, os moradores de Amparo, fazem do seu território uma estratégia sustentável para a sobrevivência, bem como, a pesca e o artesanato como uma fonte de renda para a comunidade.

A dissertação apresenta resultados de uma pesquisa sobre a investigação da estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo, localizada no município de Paranaguá/PR. A pesquisa foi desenvolvida no período de abril de 2016 a dezembro de 2017. Para atingir o objetivo geral proposto acima, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1º investigar o modo de vida e as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da comunidade; 2º infraestrutura de saneamento ambiental existente; 3º identificar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base sustentável; 4º elaborar um mapa de uso e ocupação do solo no Amparo.

Para a análise das estratégias de sobrevivência na comunidade de Amparo, nos valem do modelo de análise *trade-off*. Como instrumento na promoção de uma gestão participativa e integrada. Sendo assim, conhecer o seu habitat, entender as relações que permeiam a geração de renda alternativa, a criação de oportunidades de trabalho ligadas à atividade da pesca e a qualificação profissional, nos permite refletir sobre a realidade deste lugar, bem como as estratégias de sobrevivência, que faz da comunidade de Amparo, um lugar atrativo para permanência dos moradores neste território.

Palavras-chave: Comunidade de Amparo. Território. Estratégia de Sobrevivência. Sustentável. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The community of Amparo is one of the closest to the headquarters of the municipality of Paranaguá state of Paraná. It is located in front of the Port Dom Pedro II. Having a wealth of biodiversity and being part of an Environmental Protection Area, the residents of Amparo make their territory a sustainable strategy for survival, as well as fishing and crafts as a source of income for the community.

The dissertation presents results of a research on the investigation of the survival strategy in the community of Amparo, located in the city of Paranaguá/PR. The research was carried out from April 2016 to December 2017. In order to achieve the general objective proposed above, the following specific objectives were established: 1st to investigate the way of life and the economic activities developed by the families of the community; 2nd existing environmental sanitation infrastructure; 3º identify the potential for the development of sustainable tourism; 4º to prepare a map of land use and occupation in Amparo.

For the analysis of survival strategies in the Amparo community, we use the trade-off analysis model. As an instrument to promote participatory and integrated management. Thus, knowing their habitat, understanding the relationships that permeate the generation of alternative income, the creation of work opportunities linked to fishing activity and professional qualification, allows us to reflect on the reality of this place, as well as survival strategies, which makes the community of Amparo an attractive place for residents to stay in this territory.

Keywords: Community of Amparo. Territory. Survival Strategy. Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR.....	21
FIGURA 2 - TRAJETO DE BARCO ATÉ A COMUNIDADE DE AMPARO.....	22
FIGURA 3 - TRAPICHE PARA CHEGADA DOS VISITANTES NA COMUNIDADE.....	24
FIGURA 4 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA.....	25
FIGURA 5 - TRAPICHE DE ACESSO À COMUNIDADE DE AMPARO VISITANTES E MORADORES.....	27
FIGURA 6 - ESTÁGIO DO PROCESSO DE ANÁLISE TRADE-OFF.....	29
FIGURA 7 - ORGANOGRAMA DA PESQUISA.....	33
FIGURA 8 - JOVENS DA COMUNIDADE DE AMPARO CONSTURANDO A REDE DE PESCAR.....	53
FIGURA 9 - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	58
FIGURA 10 - PESCADOR Sr. AMILTON E O SEU MATERIAL DE PESCAR.....	63
FIGURA 11 - COMUNIDADE DE AMPARO ONDE OS BARCOS FICAM ATRACADOS.....	64
FIGURA 12 - PESCADORES VOLTANDO DA PESCA E LIMPANDO OS BARCOS.....	65
FIGURA 13 - Sr. AMILTON NO BARCO DE PESCA TÍPICO DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	66
FIGURA 14 - ARTESANATO TÍPICO DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	67
FIGURA 15 - ARTESANATO FEITO PELA ARTESÃ FRANCIELE MORADORA DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	68
FIGURA 16 - CESTARIA FEITA NA COMUNIDADE DE AMPARO.....	69
FIGURA 17 - MORADORA DA COMUNIDADE LIMPANDO O ALIMENTO.....	70
FIGURA 18 - SR. PEREIRA CONSERTANDO A REDE DE PESCAR.....	71
FIGURA 19 - MORADOR CONSERTANDO A REDE DE PESCAR.....	73

FIGURA 20 - IGREJA CONSTRUÍDA EM CIMA DO SAMBAQUI.....	74
FIGURA 21 - COZINHA COMUNITÁRIA DA ILHA DE AMPARO.....	75
FIGURA 22 - PREPARANDO OS PRATOS TÍPICOS DA COMUNIDADE.....	76
FIGURA 23 - MAPA DO ROTEIRO PARA OS VISITANTES DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	77
FIGURA 24 - ALMOÇO NA COMUNIDADE DE AMPARO.....	78
FIGURA 25 - BARRAGEM CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA COMUNIDADE.....	79
FIGURA 26 - RESERVATÓRIO ELEVADO DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	81
FIGURA 27 - FOSSA SÉPTICA DA ESCOLA DA COMUNIDADE.....	81
FIGURA 28 - BARRAGEM E RESERVATÓRIO SEM TRATAMENTO PRÉVIO.....	83
FIGURA 29 - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	83
FIGURA 30 - ESGOTO A CÉU ABERTO NA COMUNIDADE DE AMPARO.....	86
FIGURA 31 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO MODELO TRADE-OFF EM AMPARO.....	92
FIGURA 32 - ESTRATÉGIA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS COMUM NO AMPARO.....	94
FIGURA 33 - NASCENTE DO RIO QUE ABASTECE DE ÁGUA A COMUNIDADE DE AMPARO.....	97
FIGURA 34 - SÍNTESE DA PESQUISA PARA O ENTENDIMENTO DO CAMINHO PERCORRIDO.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO	1	-	DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	51
GRÁFICO	2	-	CONDIÇÃO ECONÔMICA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	54
GRÁFICO	3	-	CRESCIMENTO POPULACIONAL DA COMUNIDADE NOS ÚLTIMOS 27 ANOS.....	59

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUANTIDADE DE MORADORES DE AMPARO ENTRE HOMENS E MULHERES.....	50
TABELA 2 – QUANTIDADE DE PESCADORES DA COMUNIDADE.....	52
TABELA 3 – QUANTIDADE DE APOSENTADOS DA PESCA.....	55
TABELA 4 - RESULTADO DA ANÁLISE DA ÁGUA DA COMUNIDADE.....	84
TABELA 5 - RESULTADO DA ANÁLISE DA ÁGUA DA COMUNIDADE	85
TABELA 6 - RESULTADO DA ANÁLISE DA ÁGUA DA COMUNIDADE.....	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CATEGORIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	88
QUADRO 2 – REGRA PRÁTICA PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO AMPARO.....	89
QUADRO 3 – CONFLITOS DECORRENTES DO USO DOS RECURSOS NATURAIS.....	95

LISTA DE SIGLAS

ABALINE	- Associação dos Barqueiros do Litoral Norte do Paraná
APA	- Área de Proteção Ambiental
APPA	- Administração dos Portos do Paraná e Antonina
BARCOPAR	- Associação dos Proprietários de Barcos de Turismo e Transporte do Estado do Paraná
CAGEPAR	- Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá
EJA	- Ensino Para Jovens e Adultos
EMATER	- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ISULPAR	- Instituto Superior do Litoral do Paraná
OMS	- Organização Mundial da Saúde
SEMAPA	- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná

SUMÁRIO

1.	CAPITULO I.....	16
1.1	PRÓLOGO.....	16
2.	CAPÍTULO II. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	19
2.1	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.....	19
2.1.2	CONHECENDO A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	22
3.	CAPITULO III. METODOLOGIA E MATERIAL DE PESQUISA.....	28
3.1	CAMINHO METODOLÓGICO.....	28
3.1.2	DESENHO DA PESQUISA.....	30
4.	CAPITULO IV. CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	34
4.1.	TERRITÓRIO COMO IDENTIDADE E VALOR SIMBÓLICO.....	34
4.1.2	COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS CORRENTES DE PENSAMENTO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...	38
4.1.3	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA.....	42
4.1.4	A ÁGUA COMO ELEMENTO ESSENCIAL NO SANEAMENTO PARA A SAÚDE PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	46
5.	CAPITULO V. RESULTADO DA PESQUISA.....	50
5.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE DE AMPARO.....	50
5.1.2	MEU TERRITÓRIO ONDE TIRO O SUSTENTO DA MINHA FAMÍLIA.....	62
5.1.3	A UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E AS ATIVIDADES FESTIVAS COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA COMUNIDADE DE AMPARO.....	73
5.1.4	O TERRITÓRIO NA GESTÃO DE RECURSOS DE USO COMUM NA COMUNIDADE DE AMPARO.....	79
5.1.5	OS RECURSOS COMUNS COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA COMUNIDADE DE AMPARO.....	90
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	104
	ANEXO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	114

1. CAPÍTULO I

1.1 PRÓLOGO

A pesquisa na comunidade de Amparo começou no momento que estive visitando a comunidade para contribuir com ideias no sistema de distribuição de água com o meu amigo Francisco, na época, técnico em saneamento pela prefeitura municipal de Paranaguá. Ao observar o lugar, percebi o sentimento que os moradores tinham quando eles conversavam conosco, suas angústias e dúvidas acerca da gestão da água. Falavam tão bem do lugar, que chamou-me a atenção. Por ter formação em Geografia, comecei a fazer minhas indagações sobre o ambiente, espaço e território, partindo da premissa tratada pelo professor Milton Santos em seus livros sobre a interação do homem com o ambiente. A partir desse momento, passei a acompanhar os moradores da comunidade na relação deles com o território. Essa vivência fez-me recordar Montenegro que aborda o território no mesmo sentido que a tradição, longe de ser um elemento estático e imutável, o concebe como um território que foi mudando suas características e suas dimensões, com relações tanto internas como externas que sofrem um reordenamento diante dos desafios que a população enfrenta no seu dia a dia (Montenegro, p. 164, 2012).

A comunidade de Amparo é uma das mais próximas da sede do município de Paranaguá - Estado do Paraná. Localiza-se em frente ao Porto Dom Pedro II. Tendo uma vasta riqueza em sua biodiversidade e por estar inserida numa Área de Proteção Ambiental, os moradores da Comunidade de Amparo, observam o seu território e fazem do turismo uma estratégia sustentável para garantir a sobrevivência, bem como, a pesca e o artesanato como uma fonte de renda para a comunidade.

A comunidade de Amparo está no entorno de uma Área de Proteção Ambiental - (APA) de Guaraqueçaba. Embora a APA de Guaraqueçaba não esteja com seu plano de manejo formulado, a autoridade responsável por ela mantém uma rigorosa fiscalização e nada pode ser construído sem autorização desta.

Diante disso temos como problemática de pesquisa as questões de infraestrutura na comunidade, como por exemplo: gestão dos recursos hídricos e saneamento ambiental, bem como as dificuldades dos moradores em exercer

suas atividades de subsistência na comunidade por seu uma área de APA. E como cada morador faz para atender às necessidades dos nativos e visitantes. Além disso, a questão da criação de oportunidades de trabalho ligadas à atividade da pesca, artesanato, turismo e a qualificação profissional, que possam promover a fixação dos moradores em suas respectivas localidades.

Analisando este quadro, investigamos as estratégias de sobrevivência dentro das limitações da infraestrutura do saneamento ambiental na Comunidade de Amparo, visto que sua dinâmica é determinada por um povo hospitaleiro e receptivo, ocupado com a pesca, com a reforma de barcos e redes de pesca, pequenos consertos em suas residências, além dos cuidados domésticos. Além disso, trata-se de uma comunidade tradicional que recebe eventos turísticos, centralizados na cozinha comunitária, coordenados pela Associação Comunitária dos Moradores. Quase todas as atividades da ilha centralizam-se na Associação de Moradores.

Para atingir o objetivo geral proposto na pesquisa, foram traçados os objetivos específicos, sendo eles: 1º investigar o modo de vida e as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da comunidade; 2º infraestrutura de saneamento ambiental existente; 3º identificar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base sustentável; 4º elaborar um mapa de uso e ocupação do solo no Amparo. Por isso, percebemos a necessidade de fazer o diagnóstico socioeconômico da comunidade de Amparo e compreender a relação constituídas entre a ocupação e uso dos recursos naturais como estratégia de sobrevivência, bem como reconhecer as alternativas de renda da população.

O planejamento da pesquisa foi motivado nos subsídios de Chagas (2010) que utilizou as técnicas de investigação, como pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo. Fez-se uma revisão bibliográfica e exploratória, com o intuito de conhecer e compreender a relação entre a ocupação e uso dos recursos naturais como estratégia de sobrevivência. Parte-se da premissa que o meio ambiente é o produto da inter-relação e funcionamento entre elementos sociais e naturais em forma de sistema integrado e participativo nas estratégias de utilizar os recursos naturais para o desenvolvimento territorial sustentável.

A presente dissertação está organizada em 5 capítulos, considerações finais, referências e anexos. No capítulo I fez-se uma abordagem introdutória sobre o problema da pesquisa, o objetivo geral e os específicos. Já no capítulo II trazemos a caracterização da área de estudo, localização do município de Paranaguá e a história da comunidade de Amparo. O capítulo III é a parte onde nos debruçamos sobre o percurso metodológico, metodologia e material de pesquisa.

No capítulo IV trazemos a construção teórica, o território como identidade e valor simbólico, nos aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas da vida.

O capítulo V trata dos resultados da pesquisa. E por fim as considerações finais, na qual são pautadas as reflexões e as perspectivas do desenvolvimento territorial na vida dos moradores da comunidade de Amparo.

Conhecer o seu habitat, entender as relações que permeiam a geração de renda alternativa, a criação de oportunidades de trabalho ligadas à atividade da pesca e a qualificação profissional, nos permite refletir sobre a realidade deste lugar e suas estratégias de sobrevivência para permanecer neste território.

2. CAPÍTULO II. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

O Município de Paranaguá, com 826,65 km², está localizado no litoral do Estado do Paraná e originalmente é coberto pela Floresta Atlântica e suas diferentes fitofisionomias (floresta ombrófila densa em várias altitudes, formações pioneiras de influência marinha, fluvio-marinha e fluvial), (IBGE, 2010).

Paranaguá fica localizada no litoral do estado do Paraná. A sede municipal está compreendida entre as seguintes coordenadas geográficas: 25°31'12" de latitude sul e 48°30'32" de longitude oeste do Meridiano de Greenwich.

Limita ao norte com Antonina e Guaraqueçaba através da Baía de Paranaguá; ao sul com Guaratuba e Matinhos; a leste com Pontal do Paraná e a oeste com Morretes (Figura 1). De acordo com o recenseamento realizado pelo IBGE¹ 2010 a população, é de aproximadamente 140.456 habitantes (TONETTI, et.al. 2013), densidade demográfica de 186,87 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) 0,750 (IPARDES, 2015).

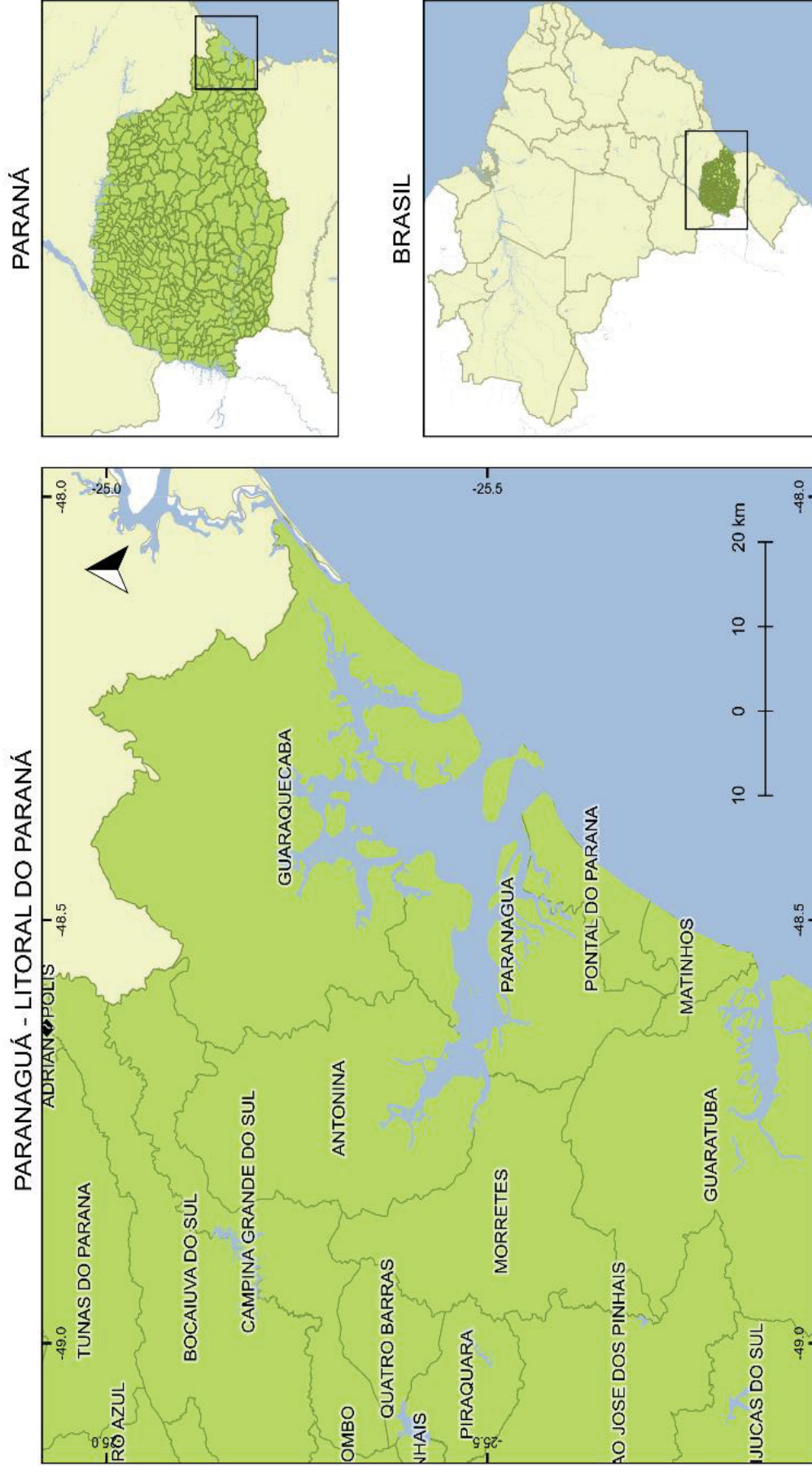
A Cidade de Paranaguá está localizada entre dois rios, Emboguaçu, cuja nascente localiza-se em região de mangue e a sua foz situa-se na Baía de Paranaguá a oeste do Porto de Paranaguá e Itiberê a leste do porto. Ao final do Cais Oeste, dentro da área do porto, desembocam águas de pequeno porte, provenientes de pequenos talwegues que drenam a cidade, dentre eles o Canal do Anhaia. (PLANO DIRETOR, 2007).

O Rio Emboguaçu, corpo hídrico dentro da área da Bacia Litorânea do Estado do Paraná, juntamente com os rios Maciel, Penedo, dos Almeidas, dos Correias, Itiberê, Embocuí e Pequerê, pertencem a classe 2 (dois) até a influência das marés. As águas salobras ficam enquadradas na classe 7 (sete). Os rios Itiberê e Emboguaçu são canais estuarinos, com profundidades que variam de menos de 1 metro até cerca de 5 metros. Esses canais sofrem influência da maré, manifestada pela inversão do fluxo das águas e pela

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em www.ibge.gov.br

inundação das áreas marginais da ilha dos Valadares, áreas centrais e bairros da periferia.

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ



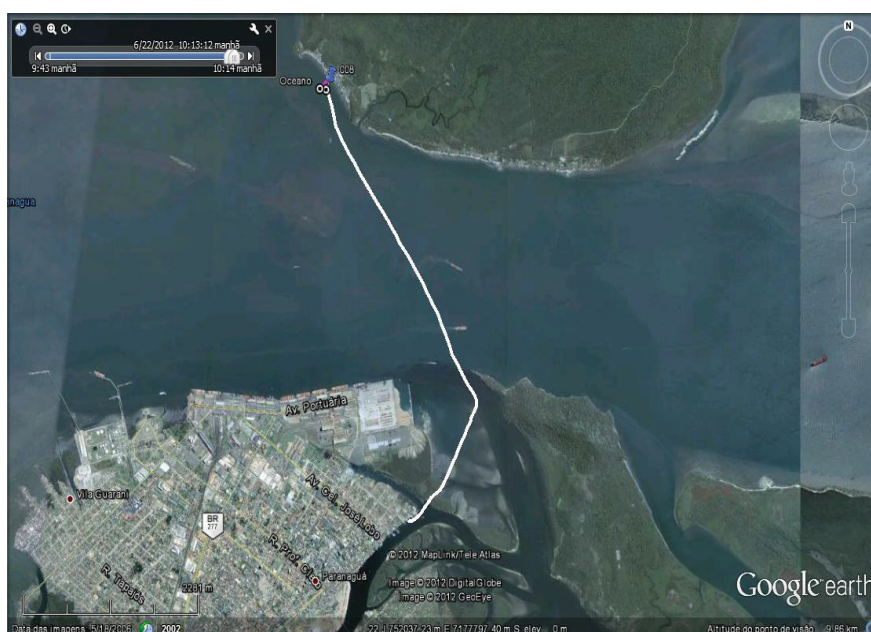
FONTE: O Autor (2017).

2.1.2 CONHECENDO A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE AMPARO

Ao chegar na Comunidade de Amparo o visitante conhece a baía de Paranaguá. Essa baía apresenta grande relevância no país pelo seu estuário lagunar, além de ser cercada pela Serra do Mar e pela Mata Atlântica. A comunidade é uma das mais próximas da sede do município de Paranaguá, localiza-se em frente ao Porto Dom Pedro II.

Ao conversar com os moradores mais antigos da comunidade, obtivemos a informação que antigamente, havia um rio que fazia limite entre a Ilha de Amparo e outras ilhas, com o passar dos anos esse rio foi coberto pelas atividades naturais (deslizamento, assoreamento). Sendo esse motivo, de encontrar pessoas chamando a comunidade de Amparo de Ilha de Amparo. Por essa peculiaridade geográfica, desde o seu povoamento a população se reconhece como moradores da Ilha de Amparo e também comunidade de Amparo ou comunidade Pesqueira de Amparo. A comunidade encontra-se a quatro (4) milhas náuticas (ou seja, 7,408 km) do município, sua geografia é identificada como um Braço do Continente pertencente à baía de Paranaguá. O transporte é o hidroviário, as embarcações levam em média 30 minutos até o continente, conforme trajeto ilustrado na figura 2.

FIGURA 2 - TRAJETO DE BARCO ATÉ A COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: Google earth (2016).

Para este estudo teve-se por base o relato do representante da associação dos moradores, na qual relata como a comunidade de Amparo tornou-se uma comunidade de pescadores. A descrição narrativa histórica contada pelo morador, tende a enriquecer o conhecimento do lugar, neste caso, o principal representante da história da comunidade é o morador e nada mais justo do que ouvir o relato da sua vivência e saber histórico do lugar em que ao longo dos anos, fez com que o morador se identifique com o seu habitat.

O Amparo existe há aproximadamente mais de 100 anos. Esse fato aconteceu no momento em que pescadores oriundos de outras localidades próximo da Serra do Mar (Cananeia e outras ilhas), foram buscar água em lugares diferentes da sua comunidade, quando de repente se depararam com um rio, ao verificar o rio encontrado, os pescadores ressaltaram que a terra era bonita, um verdadeiro amparo, surgindo então o nome da Ilha de Amparo. Não há nada registrado, essa história vai passando de geração em geração, e com os comentários, a população da comunidade vai mantendo viva a verdadeira história da comunidade por mais de um século (História narrada pelo morador da Comunidade, 22 de junho de 2016).

De acordo com os dados coletados aproximadamente 624 pessoas estão morando na comunidade. Lembrando que nos finais de semana o número de pessoas aumenta, chegando a um número de aproximadamente 800 pessoas na comunidade. Com a intenção de passar o final de semana, parentes e amigos, chegam na comunidade.

Na comunidade há uma escola municipal funcionando com alunos do 1º ao 5º ano das séries iniciais, durante período da manhã e da tarde. No período noturno funciona uma turma do Ensino para Jovens e Adultos (EJA) cuja responsabilidade é da Secretaria Estadual de Educação. Também existe 1 posto de saúde mantido pelo Município de Paranaguá que fica aberto durante a semana, composto por 1 Técnico (a) em Enfermagem. Há na comunidade de Amparo, 3 (três) Igrejas, duas evangélicas e uma católica.

A festa de São Sebastião que é comemorada no mês de janeiro é de grande importância para a comunidade e visitantes, desempenhando um papel fundamental para a economia do lugar e o turismo local.

Quanto a infraestrutura, existe iluminação nos principais pontos, um trapiche para embarque e desembarque dos moradores e visitantes, um sistema de água, abastecendo os moradores com taxas de manutenção por residências. A coleta de lixo é realizada em parceria dos próprios moradores com uma empresa privada. Os lixos recicláveis são revertidos em cesta básica, parte do

material também é vendido para uma empresa e o lucro é direcionado para a associação de moradores.

FIGURA 3 – TRAPICHE PARA CHEGADA DOS VISITANTES NA COMUNIDADE



FONTE: Google earth (2016).

Há 3 (três) comércios abastecendo os moradores da ilha. A principal fonte de renda da comunidade é a pesca, o artesanato é uma fonte alternativa de renda. O artesanato é feito por mulheres, geralmente as esposas dos pescadores, que fazem do seu trabalho uma pequena fonte de renda para o sustento da família. Já na parte da culinária, os pratos típicos da comunidade, são: peixes, camarão e mariscos.

O fluxo migratório na comunidade é grande, muitos saem da comunidade de Amparo com destino ao perímetro urbano do município de Paranaguá, exercendo atividades remuneradas (salários) como por exemplo: na construção civil, na atividade portuária. Quando acaba o serviço na cidade (expressão utilizada pelos moradores), eles voltam para comunidade no caso de insucesso.

Nos últimos anos, pessoas que se aposentaram como trabalhadores de outras atividades que não seja a pesca, foram morar na comunidade de Amparo. A vida calma dos moradores da comunidade, agrada os aposentados. Há moradores do perímetro urbano de Paranaguá, quando desempregados vão morar no Amparo.

Reforçamos que um dos principais motivos para a realização da pesquisa na comunidade, foi conhecer as necessidades do lugar, e poder presenciar quais são as estratégias de sobrevivência dos moradores da comunidade, visto que eles estão fazendo dos recursos naturais, um meio de sobrevivência, e com isso poder entender as estratégias na comunidade, pois percebe-se um conhecimento dos moradores com o território e o que eles podem usufruir do lugar onde moram, bem como das limitações do local por ser uma Área de Proteção Ambiental conforme delimitação da figura 4. A linha amarela da figura 4 representa a delimitação do local, sendo Área de Proteção Ambiental.

FIGURA 4 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA.



FONTE: Google Earth (2018).

Sabendo que a comunidade de Amparo, está localizada na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e fica na porção norte da Microrregião do Litoral Paranaense, na figura 4 temos a delimitação da APA na qual engloba o Município de Guaraqueçaba e parte dos Municípios de Antonina e Paranaguá, e uma pequena área do município de Campina Grande do Sul, no Primeiro Planalto Paranaense. A APA compreende uma superfície de cerca de 303.000 hectares. Seus limites estão descritos no Decreto Federal nº 90.883, de 1985. No entanto, devido a existência de área de indefinição de divisas entre os Estados do Paraná e de São Paulo, existem divergências nas peças gráficas relativas à superfície total da Área.

A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba é uma Unidade de Conservação instituída pelo Decreto Federal nº 90883, de 31 de janeiro de 1985. Anteriormente, o Governo Federal havia criado, na região de Guaraqueçaba, uma Estação Ecológica de mesmo nome, em maio de 1982, abrangendo as 14 maiores porções de manguezais ocorrentes no complexo estuarino, totalizando aproximadamente 13.638.00 ha.

Em 1992, o Governo do Estado instituiu a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, com 191.595 ha. Localizada no Município de Guaraqueçaba que abrange, além de Guaraqueçaba, parte dos Municípios de Antonina e Paranaguá, totalizando uma superfície de 313.484 ha.

Estes são os principais dispositivos legais que regulamentam ou estabelecem diretrizes gerais sobre o uso e ocupação do solo na região, em caráter específico. Muitas vezes, conforme se observa, há sobreposição de diplomas legais, o que dificulta, inclusive, a identificação de responsabilidades institucionais. A inquietude com a questão ambiental está em evidência nas últimas décadas. A partir do aumento de movimentos ambientalistas na década de 80, quando os enunciados ambientais, passaram a fazer parte da consciência coletiva e da participação nas agendas políticas. Tendo maior sensibilização da população e a preocupação do Estado no âmbito de melhor conhecer e coordenar suas áreas naturais, resultando em uma série de estratégias formuladas pelos governos municipal, estadual e federal visando à conservação da rica biodiversidade brasileira.

FIGURA 5 – TRAPICHE DE ACESSO À COMUNIDADE DE AMPARO VISITANTES E MORADORES



FONTE: O autor (2017).

3. CAPÍTULO III. METODOLOGIA E MATERIAL DE PESQUISA

3.1 CAMINHO METODOLÓGICO

Para a análise das estratégias de sobrevivência na comunidade de Amparo, nos valem do modelo de análise *trade-off*. Na percepção de Brown et al. (2002), a análise *trade-off*² é de grande relevância como instrumento na promoção de uma gestão participativa e integrada.

De acordo com os autores, esse modelo traduz-se em harmonizar diversos usos dos recursos, com base em conceitos e seus possíveis efeitos, permitindo a identificação dos diversos atores sociais, seus diferentes interesses, visões, conhecimentos e princípios comprometidos no sistema de gestão e, assim, modificá-lo (POLICARPO 2009). É uma análise versátil que poder ser mudada de acordo com o desenvolvimento das seleções dos atores sociais ou quando uma nova notícia instrutiva ou social torna-se disponível, além de poder ser empregada ao longo do tempo.

A metodologia *trade-off* é composta pela análise do “jogo de atores” e pela chamada análise multicritério. De acordo com Brown et al. (2002) a análise do “jogo de atores” visa: a) identificar e descrever os interesses de todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, na apropriação e na utilização dos recursos naturais de uso comum; b) categorizar as informações; c) explicar os possíveis conflitos que possa ocorrer entre os grupos; d) analisar as áreas na qual o *trade-off* pode ser aplicado. Na comparação com a análise multicritério que auxilia na construção de meios e exige: a) uma identificação de possíveis opções de desenvolvimento e b) uma avaliação de impactos dessas opções em um conjunto de critérios de gestão, como critérios ambientais, sociais e econômicos (POLICARPO 2009).

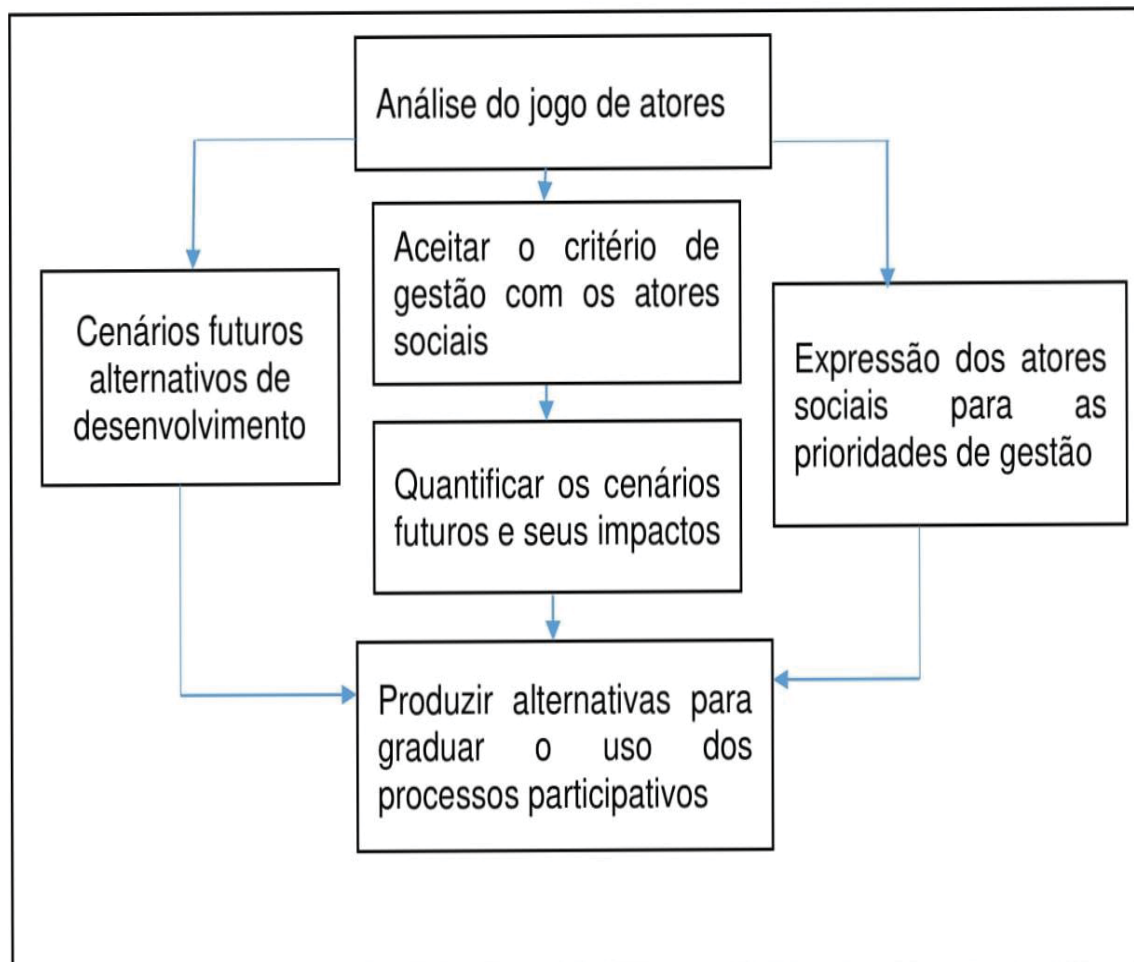
Por isso a metodologia *trade-off*, abordada por Brown (2002), indica sete passos a serem seguidos nos processos de utilização dos recursos naturais visando assegurar padrões mínimos de qualidade ambiental sendo eles: a) identificação dos atores sociais envolvidos no sistema de gestão; b) categorização dos atores sociais em grupos prioritários; c) explorar os conflitos existentes; d) analisar quem deve participar ou não da gestão; e) utilizar técnicas

² Trade-off é uma expressão em Inglês que significa escolher uma coisa em detrimento de outra e muitas das vezes é traduzido como “perde e ganha”.

de participação; f) entender as preferências dos atores sociais; e finalizando g) gerar informações pertinentes sobre o local.

BROWN et al (2002) resumem os sete passos de acordo com a figura 6.

FIGURA 6 - ESTÁGIO DO PROCESSO DE ANÁLISE *TRADE-OFF*



FONTE: Brow et al, (2002) Adaptado pelo autor (2017).

Por meio da análise *trade-off*, é possível pensar ações de mudanças nas estratégias do dia a dia da comunidade. Bem como a análise do jogo de atores sociais, individuais e coletivos simultâneo com a análise multicritério, pode-se criar situações de forma integrada e participativa, tendo em consideração os diversos interesses, muitas vezes, dos diversos usuários dos recursos naturais.

Para que a estratégia de sobrevivência, utilizando os recursos naturais de uso comum seja integrada e participativa, é imprescindível que os moradores, tenham uma estratégia para aquilo que constitui seu patrimônio comum. É necessário alcançar todos os moradores da comunidade, e saber dos seus interesses. Neste caso, a pesquisa teve como foco a análise do “jogo de atores”

a fim de entender as estratégias dos moradores para sobrevivência dentro da comunidade, percebendo a maneira de como organizar o jogo de atores sociais individuais e/ou coletivos envolvidos no processo, levando em consideração os diversos interesses. Uma parte importante dessa análise aplicada na gestão dos recursos foi viabilizar um cenário que possa ocorrer a participação dos atores sociais que utilizam, direta ou indiretamente, esse recurso. Policarpo e Santos (2008) apontam que o jogo dos atores pode auxiliar na construção de cenários, exigindo, “i) uma identificação de possíveis opções de desenvolvimento e ii) uma avaliação de impactos dessas opções em um conjunto de critérios de gestão, como critérios sociais, ambientais e econômicos” (POLICARPO; SANTOS, 2008).

Com essas características, foi levado em consideração a análise do “jogo de atores” os atores sociais sendo indivíduos ou grupos que manifestam algum tipo de interesse ou alguma reivindicação no processo de gestão dos recursos naturais (BROWN et al. 2002). A identificação dos atores sociais envolvidos no sistema de gestão e estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo, estão categorizados. Incluindo instituições governamentais e não governamentais, comunidade, associação de moradores, universidades, instituições de pesquisa, agência de desenvolvimento entre outras.

3.1.2 O DESENHO DA PESQUISA

O planejamento da pesquisa foi motivado nos subsídios de Chagas (2010) que utilizou as técnicas de investigação, como pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo. Na primeira etapa, de acordo com os subsídios de Chagas (2010) fez-se uma revisão bibliográfica e exploratória, com o intuito de conhecer e compreender a relação entre a ocupação do solo e uso dos recursos naturais como estratégia de sobrevivência. Partindo da premissa que o meio ambiente é o produto da inter-relação e funcionamento entre elementos sociais e naturais em forma de sistema integrado e participativo nas estratégias de utilizar os recursos naturais para o desenvolvimento territorial sustentável.

Na segunda etapa houve um aprofundamento nas revisões da literatura sobre a comunidade em estudo, dentre as quais: as pesquisas realizadas na

comunidade de Amparo, pertinente ao tema proposto e outras pesquisas feitas com tema próximo ao proposto. Optou-se em consultar o site da Prefeitura Municipal de Paranaguá, Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Google Earth para aquisição de imagens aéreas do território entre outras fontes de pesquisa referenciada.

As visitas ao território com o olhar nas estratégias de sobrevivência da comunidade de Amparo, abriu o olhar para conhecer a história de vida de cada morador. Neste caso, foi possível obter informações dos moradores da comunidade a respeito das práticas da pesca, do artesanato, festividades tradicionais na comunidade e do território onde os moradores estão inseridos. Em suma, foi levado em consideração as narrativas dos moradores que quiseram externar sua vivência do dia a dia, fazendo disso uma história de vida com suas diversas opiniões do território onde eles estão. As narrativas dos moradores: Sr Amilton, Sr. Azuir, Sra. Franciele, Sr. João, Sr. Pereira foi no momento em que aplicou-se a pesquisa de campo seguindo o subsídios de Chagas (2010). A coleta de dados foi feita com os demais membros da comunidade sempre com a participação do presidente da Associação de Moradores.

Após a coleta dos dados eram feitas reuniões com os representantes da Associação de Moradores e moradores da comunidade. Na qual os moradores contavam a história de vida deles e como eles expressavam o carinho pela comunidade. Ao término da conversa, os moradores pediam para não relatar o assunto que eles mencionaram. Por isso, foi colocado apenas as falas dos moradores que deixaram fazer os registros da conversa.

O trabalho de campo ocorreu com visitas a comunidade todo final de semana (sábado e domingo), durante dez meses. No período de visita, foi possível observar a pesca, o artesanato e as festas tradicionais que a comunidade promove todo ano.

No levantamento de dados da comunidade, as 153 famílias que moram na comunidade de Amparo, responderam um questionário com 6 (seis) perguntas estruturadas seguindo a metodologia prescrita por Marconi e Lakatos (1999), a fim de conhecer o local e levantar informações secundárias sobre as

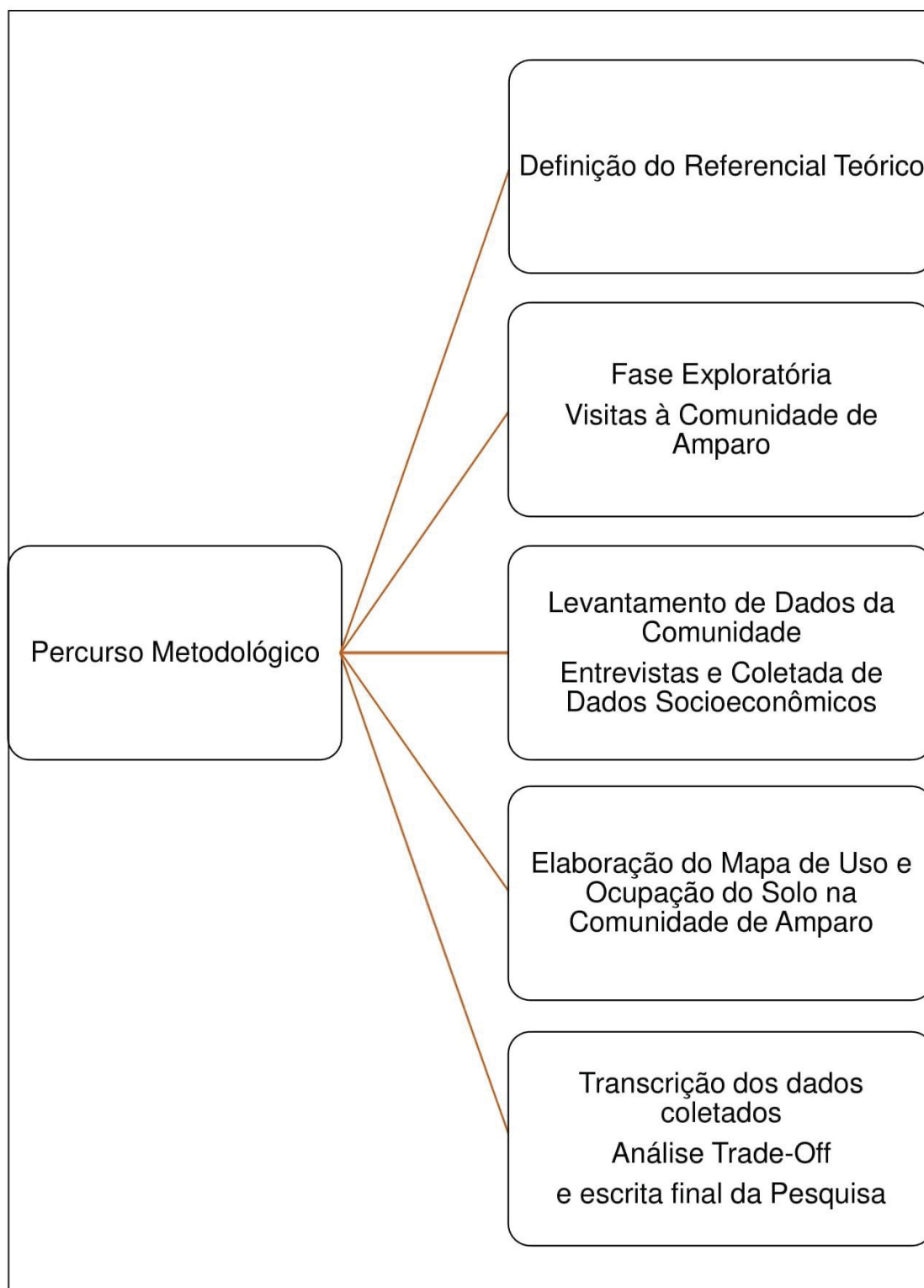
potencialidades, oportunidades, modo de vida da população, e as restrições ambientais quanto ao uso e ocupação do solo na comunidade. Por meio das visitas na comunidade e coleta de dados dos moradores, foi possível averiguar o modo de vida e as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da comunidade. Ao visitar as casas para a aplicação do questionário, foi possível investigar a infraestrutura de saneamento ambiental existente na comunidade. Bem como, identificar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base sustentável

Na elaboração do mapa de uso e ocupação do solo na comunidade os materiais utilizados foram: 01 GPS II PLUS da marca GARMIN, Caneta, Prancheta, Borracha, Lápis, Máquina Fotográfica, entre outros acessórios que contribuíram com a pesquisa. Assim que os dados foram coletados, foi utilizado o programa ARCGIS versão 10.3 e o programa SPRING versão 5.3 na elaboração do mapa.

Na fase exploratória da pesquisa, realizou-se conversas informais com 10 famílias de moradores da comunidade, que foram escolhidas de forma aleatória. Posteriormente efetuou-se entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de entender as estratégias que cada morador cria para sustentar seus familiares.

Por último, foram coletados os dados e efetivadas as transcrições das entrevistas, a tabulação dos dados e a parte da escrita da pesquisa. Na sequência, a figura 7 com o organograma do passo a passo da pesquisa na comunidade de Amparo.

FIGURA 7 – ORGANOGRAMA DA PESQUISA



FONTE: O autor (2018).

4. CAPÍTULO IV. CONSTRUÇÃO TEÓRICA

4.1 TERRITÓRIO COMO IDENTIDADE E VALOR SIMBÓLICO

O território é o local dos acontecimentos, onde há valores simbólicos, muitas das vezes mais importante do que o valor monetário estipulado pela sociedade capitalista. O território se institui como o lugar do saber pulsante, de conflitos de interesses, de planos e devaneios. Esse território, então, além de um território-solo é, também, um território econômico, político, cultural e sanitário. Tendo como valores culturais, sociais, religiosos sua principal característica.

“O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2008, p. 54).

Classificando e conceituando o território, observa-se que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano, onde cada território é particular (MOREIRA e MEDEIROS, 2013). De acordo Massey (2000, p. 184) (...) o que dá a um território sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam.

Nessa construção se estabelecem relações particulares, que se afirmam e se enraízam sendo definidas por por Claval (2001, p. 65) como:

“(...) a soma dos comportamentos, dos saberes, e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em uma outra escala, pelo conjunto de grupos que fazem parte. Ainda que a cultura é um elemento de forte influência na constituição de um território, pois as relações que os indivíduos estabelecem com o lugar, demarcam seus lugares e suas culturas, e o território é a ocupação deste espaço” (Claval, p. 65, 2001).

Do ponto de vista de Haesbaert (1999), o território tem um domínio politicamente estruturado e uma apropriação simbólica, identitária, determinada por ações de certos grupos sociais sobre o espaço de vida. O território é compreendido, antes de qualquer “coisa”, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual (Saquet, p. 129, 2007). Os vínculos sociais, representativos e

cerimoniais que os diversos grupos socialmente diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos é um elemento fundamental do que Little (2002) chama de “territórios sociais”. Cunha (2005) avalia a aplicabilidade do conceito de território social, salientando três grandes dimensões implícitas: a cultural, a política e a econômica. Para ele, os territórios culturais porque são espaços de vida de comunidades específicas, cujas populações, que neles vivem, apresentam uma inscrição identitária comum e significativa, com uma memória coletiva de caráter socioespacial, a partir da qual essas populações se reconhecem.

Por outro lado, no olhar de Little (2002), as comunidades dispõem de normas peculiares de acesso aos recursos naturais (incluindo a terra) que diversificam de acordo com cada grupo e podem levar a uma propriedade social no interior do território de um grupo.

Para Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 5), é neste contexto que esses grupos “[...] constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a autoestima”.

Lima et al. (2014) falam das relações específicas que o território estabelece com as populações e com grupos nas terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais e como tornam esses lugares mais do que terras, ou simplesmente bens econômicos.

Moura comenta que:

“à concepção de um território envolve a integração de diferentes dimensões Sociais, as quais se organizam em quatro vertentes básicas: Política, relacionada ao poder; Econômica, no qual o território é conhecido como fonte de recursos; Cultural, envolvendo as dimensões simbólicas de apropriação de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e Naturalista, em que o território torna-se a base das relações entre a sociedade e a natureza, especialmente no tocante ao comportamento do homem em relação ao meio ambiente. Em outras palavras trata-se de uma concepção do conceito de território de acordo com estas quatro dimensões: política (relação de poder), econômica (usos), cultural (simbólico) e natural (terra, água, vegetação)” (Moura, , 2016 p. 47).

Já Albagli (2003) defende que cada território é artefato de um arranjo de elementos que podem ser de natureza física, econômica, simbólica e sociopolítica entre outros, onde as diferenças e desigualdades entre dois

objetos, por assim dizer, residem em um contexto interno, com suas características próprias, além da maneira como cada um se insere em um contexto mais amplo.

Neste viés Abramoyav (2010), comenta que: falar em território significa tocar em um sistema aberto e dinâmico, que sofre e recebe influências, e pode ser abordado em esferas indo do micro ao macro. A definição e a caracterização dos territórios não se dão a partir dos fatores dos quais dispõem, mas pela forma como se organizam (FLORES e MEDEIROS, 2013).

As diferentes identidades construídas nos diferentes territórios estão também relacionadas com a forma de ocupação e de apropriação. Nesse sentido, a definição de territórios imbrica aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais, identitárias e simbólicas da vida. A identidade sob essa perspectiva é definida como “(...) o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados”, podendo haver “múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo” (CASTELLS, 2008, p. 22).

Na perspectiva da identidade territorial, Haesbaert (p. 172, 1999) analisa que:

“(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (...) trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto” (Haesbaert, p. 172, 1999).

Na comunidade de Amparo, o lugar da vivência é definido pela maneira como as pessoas da comunidade ocupam a terra, essa ocupação consiste na utilização do espaço, o qual se modifica pelas formas que o morador interage e justifica seu território numa proporção tangível e intangível, com costumes representativo, que emprega atividades, saberes e tempo.

Essas corroborações foram feitas elencando o território em meio à diversidade cultural dos povos, lugares, valores simbólicos e a relação do homem com o lugar, que são semelhantes, porém construindo modos de vida diferentes (LARAIA, p.11, 1986).

“O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente”. (LARAIA, p. 11, 1986).

GEERTZ (1978, p.36), faz a definição de valor simbólico sendo:

“um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e define sua atitude em relação a ela” (GEERTZ, 1978, p.36).

Assim o valor simbólico, torna o território uma possibilidade de análise enquanto dimensão simbólica da cultura, é o entendimento da lógica da construção do universo da cultura, pautado pelas diferentes produções culturais como já citadas anteriormente (SOUZA, 2013).

Essa compreensão de valor simbólico, estreita-se ao enquadrar determinados grupos identitários e suas relações entre si, seja de conflito ou amistosas, como exemplo desses grupos identitários podemos citar as comunidades tradicionais (SOUZA, 2013).

“O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais”. (SOUZA, p.133).

O desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios consiste, portanto, essencialmente em se apropriar dessas condições e buscar o que constituiria o potencial identificável de um território. Essas condições não poderiam ser definidas no abstrato. Elas dependem do contexto no qual se inscreve o processo de ocupação do território, levando em consideração os fatores culturais, afetivos, históricos de onde nascem os recursos.

Sobre o conceito de território, assumimos ponto de vista de Haesbaert (1999), o território tem um domínio politicamente estruturado e uma apropriação simbólica, identitária, determinada por ações de certos grupos sociais sobre o espaço de vida. Opta-se, então, pela utilização do conceito território para referir

a uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (DALLABRIDA, 2006).

É neste viés, que os povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Faz com que os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se reconheçam como portadores de identidades e direitos próprios. Assim, ao nos aproximarmos das discussões de território no contexto de nossa pesquisa, é importante destacar os vários benefícios que esses grupos promovem para a coletividade, abrangendo modos próprios de vida, e isso, faz-se necessário ao entendermos a relação com a categoria Comunidades Tradicionais; faremos isso a seguir.

4.1.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS CORRENTES DE PENSAMENTO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No ponto de vista de Celso Furtado (1984) entende-se o desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com o intento de atender as suas necessidades.

Neste sentido, o desenvolvimento perpassa pela compreensão de que valores ocidentais de cidadania, solidariedade e de cooperação devem sobrepor-se aos interesses individuais, quando então percebe-se, que o conhecimento indígena deve ser tratado não nos moldes colonialistas de apropriação e sim como conhecimento que pode beneficiar a humanidade (SILVA, 2017).

O desenvolvimento nessa linha de raciocínio, está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais (Saquet e Sposito, p. 22, 2008).

Para Policarpo (p. 129, 2009) as dinâmicas territoriais de desenvolvimento pressupõem um:

“inventário lúcido dos recursos naturais e culturais disponíveis, de maneira a permitir que valores, muitas das vezes simbólicos, acabem se transformando em recursos socioeconômicos indutores de estratégia inovadora de desenvolvimento” (Policarpo, p. 129, 2009).

E a dinâmica de desenvolvimento territorial é exatamente revelar recursos inéditos de um território e transformá-los em bens diferenciados, é assim que ele se transforma em uma inovação (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Neste sentido, o território é entendido como uma unidade ativa do desenvolvimento, resultado de uma construção social, efetiva com o forte envolvimento dos atores locais (POLICARPO, 2009).

Para Pecqueur (2005) o desenvolvimento territorial começa por uma inovação, que tenta despertar e mobilizar determinados recursos, gerando um ambiente onde os espaços de expressão se deparam com sua demanda buscando sua territorialidade³.

Quando se fala em inovação, a natureza está presente na construção histórica do território e da identidade, como patrimônio de cada lugar e que, por isso, precisa ser gerida com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável. Sua ênfase é para a constituição histórica da identidade, enaltecendo a importância da natureza exterior ao homem, o que é, no mínimo, instigante e inovativo (SAQUET, p. 148, 2007). Em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é nisto que constitui uma inovação (PECQUEUR. p. 12, 2005).

O desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico. Falava-se, há quinze anos atrás, de desenvolvimento local. Parece preferível falar hoje de desenvolvimento territorial, uma vez que esse desenvolvimento não deve ser resumido à dimensão do “pequeno”. O local, como o entendemos, não é “localista”, portanto utilizaremos o termo de territorial (PECQUEUR. p. 12, 2005).

Isso nos faz entender que o desenvolvimento dos povos significa o processo de apropriação de grupos e indivíduos, como o direito ao meio ambiente (SACHS, 2008). Para Gularte⁴ a publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, trouxe uma inclinação na abordagem do

³ Territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra e como elas dão sentido ao lugar (SACK, 1986).

⁴ GULARTE, Edineia Brunhera. A Concepção de Espaço Rural e Urbano nas Políticas de Desenvolvimento Territorial do Governo Lula (2003-2010). 2013.

desenvolvimento territorial, permitindo que se interprete o campo (as comunidades) não apenas como um espaço de produção e sim como um lugar com um tecido social, com identidades, histórias e diferentes atores organizativos, que conhecem e podem interagir com a gestão e planejamento territorial. Os atores sociais são capazes de avaliar e planejar o desenvolvimento dos territórios, pois conhecem sua realidade e dinâmicas (GULARTE, 2013).

Para Leff (2001) o desenvolvimento territorial evoca uma nova ótica de desenvolvimento compatível com a necessidade de uso dos recursos naturais, de maneira flexível e equilibrada pelas comunidades tradicionais. Para Andrade (p. 62, 2011), esta ética requer a elaboração de uma nova racionalidade onde a compreensão dos moradores das comunidades torna-se uma condição básica para o desenvolvimento territorial. Sendo assim, pensar em desenvolvimento territorial sob a perspectiva das comunidades tradicionais requer um exercício de percepção e apreensão de valores e simbolismos onde a natureza passa a ser o reflexo do que a cultura determina (ANDRADE, 2011).

Para Cândido (2010), o desenvolvimento territorial é resultado de um relativamente longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre comunidades tradicionais e seu meio natural. As comunidades tradicionais são caracterizadas pelos métodos de vida, atendendo as necessidades sociais, no que articulam ao melhoramento da condição de vida de sua comunidade, e a preocupação com os recursos naturais na preservação ambiental, tendo uma responsabilidade (preocupação) com as gerações vindouras.

O Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo povos e comunidades tradicionais como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se conhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas pela tradição” ⁵(BRASIL, Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Os povos e comunidades tradicionais são grupos com uma cultura diferenciada, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias,

⁵ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/cf1988.htm> Acessado em 12 de dezembro de 2016.

mantendo costumes específicos com o território e com o ambiente no qual estão inseridos.

As comunidades tradicionais para alguns, podem ser consideradas como pouco impactante na natureza, pois, o padrão de consumo com características como a baixa densidade populacional e as técnicas (utilização dos recursos naturais) de desenvolvimento utilizadas pela população, são fatores que contribuem para a conformação das comunidades tradicionais como instrumento para a conservação ambiental (DIEGUES, 1998). Essa conservação ambiental, visa a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades, para as próximas gerações (LIMA et al., 2014, p.12).

Para Diegues (1998) as comunidades tradicionais apresentam um estilo de vida mais dependente da natureza; o conhecimento do território e a ocupação do mesmo por várias gerações; independente da imigração/emigração; o desenvolvimento de atividades de subsistências.

Em suma, trata-se de uma concepção de território construído pelos atores locais imbuído numa visão compartilhada de um futuro desejável (TONNEAU; VIEIRA, 2006).

Diante destas abordagens descritas e sabendo das relações específicas que os grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais, percebe-se que os moradores das comunidades tradicionais, estão tornando este lugar mais do que terra, eles têm empreendido esforços no sentido de valorizar o sistema local, e as dinâmicas e especificidades emanadas do território com sua cultura, história e identidade.

Assim, nesta proposta ancoramos nossa pesquisa no diálogo entre desenvolvimento territorial e comunidades tradicionais, que pretende valorizar as peculiaridades de cada lugar, os agentes, os atores sociais, trazendo uma abordagem teórica do desenvolvimento territorial sustentável, ao encontro da necessidade local, sendo capaz de valorizar os enraizamentos social que são históricos e multidimensionais. Sendo que o desenvolvimento nessa linha de raciocínio, está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais (Saquet e Sposito, p. 22, 2008).

Por outro lado, abordaremos na sequência a categoria Turismo de base Comunitária que se apresenta como um viés para nos ajudar a entender as relações da Comunidade do Amparo com o lugar na busca por estratégias de sobrevivência no território.

4.1.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

O turismo pode ser considerado uma atividade essencialmente humana, pois a viagem cria intrínsecas relações como resultado do encontro entre os visitantes e visitados. Caracteriza-se como uma prática social, pois oportuniza a união de culturas, trocas de experiências, satisfação de desejos, busca de emoções e formas de aprendizagem diante do novo. Neste sentido, o turismo compõe juntamente com o lazer, a cultura, as atividades artísticas, a melhoria da qualidade de vida e o hedonismo, um “novo estilo de vida” caracterizado por elementos que visam cada vez mais à supremacia do indivíduo, (RODRIGUES, 1997).

Assim, surge uma nova demanda turística, a qual é formada por consumidores mais informados e cientes, com outras prioridades na qual manifestam motivações mais complexas e variadas, caracterizada pela forte massificação e pelo status. Diante da problemática ambiental que a sociedade atual está enfrentando, estes novos turistas demonstram maior sensibilidade ecológica e preocupam-se com a conservação da autenticidade cultural das comunidades tradicionais (OMT, 2001).

Percebe-se que o surgimento das novas modalidades de turismo, são influenciadas pelas mudanças no perfil dos turistas contemporâneo, o que busca por experiências turísticas com novos valores naturais e culturais, com autenticidade e originalidade.

O desenvolvimento de uma localidade – município, microrregião, bacia, ou mesmo espaço urbano – deve ter um claro componente endógeno, principalmente no que se refere ao papel dos atores sociais, mas também em relação às potencialidades locais.

Diante dessas tendências de novos padrões culturais, percebe-se um novo interesse por parte do turista, com foco nos anseios de uma geração que

se importa com a discussão ética e deseja vivenciá-la e experimentá-la. O turista deixa de lado o papel de expectador passivo e se torna o protagonista de sua experiência. Este é intuito das vivências comunitárias oferecidas no turismo de base comunitária, a de compartilhar experiência, o que se chama de convivencialidade. Deste modo, a motivação e a conduta dos turistas se caracterizam, cada vez mais, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino, da sensibilidade pelo meio ambiente e cultura local e pela qualidade da experiência.

As novas tendências da demanda mundial fazem com que o turismo de base comunitária conquiste constantemente novos espaços e incorpore novos atrativos à sua oferta. Neste cenário, inúmeros micro empreendimentos familiares, cooperativos e comunitários enriquecem a oferta turística nos âmbitos local, nacional e internacional, ao incorporarem “um turismo com selo próprio”, a partir de uma combinação de atributos singulares e originais, (MALDONADO, 2009).

Neste limiar, diante desta visão de um turismo com selo próprio utilizando o território com base nas atividades que possam promover níveis expressivos de desenvolvimento local, surge o Turismo de Base Comunitária (TBC) como alternativa econômica para as comunidades que, por um lado, possuem desvantagens socioeconômicas, mas por outro, preocupam-se com a conservação da biodiversidade e dos aspectos culturais que as compõem, (ZAMIGNAN, 2010).

Ou seja, este conceito transforma o território no qual a atividade é desenvolvida num grande agente de transformação, trabalhando e evidenciando as potencialidades locais, promovendo o desenvolvimento sociocultural sustentável e melhor qualidade de vida para a comunidade autóctone, (BUARQUE, 2002).

Portanto, o turismo de base comunitária possibilita o contato do turista com o patrimônio comunitário e o modo de vida das comunidades autóctones. Oportuniza ainda, que visitantes, estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes entrem em contato com assuntos relacionados à conservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais) (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, 2008).

Sampaio (2005) complementa o conceito de turismo de base comunitária como um projeto de comunicação social que favorece as experiências de planejamento para o desenvolvimento de base local, na qual os residentes se tornam os principais articuladores da cadeia produtiva, bem como no resgate e conservação de seus modos de vida, os quais podem ser vivenciados através da atividade turística.

Comunidades tradicionais que vivem em espaços rurais podem conservar modos de vida próprios, manifestados em suas atividades produtivas agrícolas e através de seu artesanato local. Espera-se que o TBC proporcione às famílias autóctones oportunidades de desenvolvimento, sem interferir nas particularidades e dinamismo comunitário.

Do ponto de vista cultural, o Turismo de Base Comunitária significa aprendizagem, conhecimento, encontro de pessoas. Representam-se os valores, signos e símbolos que favorecem as relações interpessoais e de hospitalidade entre turistas e visitados. Oferece um local de encontro e convivencialidade, expressando sua essência nas trocas e intercâmbios culturais (ZAMIGNAN, 2010).

O turismo é considerado em âmbito global como uma atividade econômica, que gera crescimento, oportunidades de emprego, rendas e dividas. Contudo, a proposta do TBC se opõe a esse estilo consumista, oportunizando a descoberta de experiências com outros modos de vida, superando a hegemonia da sociedade de mercado, prezando pela relação harmônica entre turista e comunidade receptora, onde ambos são considerados agentes de ação socioeconômico e ambiental, repensando as bases de um novo estilo de desenvolvimento, (SAMPAIO, 2005).

Ainda neste contexto, o TBC aparece como potencializador da conservação dos aspectos culturais da comunidade autóctone, preservando e resgatando a autenticidade cultural.

Segundo Max-Neef (2008), o elemento fundamental para a vitalidade das comunidades é a diversidade.

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizada

pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos das atividades turísticas.

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária, (TUCUM 2008). Na contribuição de Coriolano (2003) o turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passaram a ser os articuladores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida.

Turismo de base comunitária é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (TURISOL, 2008).

Ao contemplar também essa dimensão e analisarmos esse território, que busca conciliar a dimensão social, econômica e ambiental na busca por um equilíbrio homem, natureza visando alternativas territoriais de desenvolvimento sustentável na estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo. Logo, o turismo de base comunitária pode ser visto como o “meio” para alcançar a conservação da diversidade dos modos de vida das comunidades e das identidades locais, (ZAMIGNAN, 2010).

Nesta perspectiva é necessário repensar as relações entre o homem e a natureza pois, com a crise ambiental que vivemos atualmente, gera-se um novo paradigma de desenvolvimento e, para alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável, é primordial uma sensibilização ambiental da humanidade, principalmente em relação ao recurso mais importante para a humanidade a água. Assim, será abordado na sequência, as questões ligadas a água como elemento essencial no saneamento e uso sustentável dos recursos, emerge com outra categoria central para compreender a relação da comunidade de Amparo com o território e a sustentabilidade ambiental.

4.1.4 A ÁGUA COMO ELEMENTO ESSENCIAL NO SANEAMENTO PARA A SAÚDE PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A grande quantidade de água em algumas regiões do Brasil deve ser considerada, sem dúvida, um enorme recurso natural a ser utilizado para o desenvolvimento territorial sustentável, para o estímulo à sustentabilidade e para a promoção de alternativas adequadas para o desenvolvimento.

A água constitui um elemento essencial à vida animal e vegetal, seu papel no desenvolvimento da civilização é reconhecido desde a antiguidade Hipocrates (460 - 354 a.C) já afirmava “a influência da água sobre a saúde é muito grande”. A água é a substância que existe em maior quantidade nos seres vivos, pois além de fazer parte das células vivas desempenha importante funções, como solvente, que transporta as substâncias pelo organismo e a integração (CEZARINA et al., 2015).

A água pode servir como um meio de transmissão de doenças ao homem. São as chamadas “doenças de veiculação hídrica”. A água pode transmitir doenças através do transporte de agentes patogênicos eliminados pelo homem, por meio dos dejetos ou de poluentes químicos e radioativos presentes nos esgotos industriais ou em outros resíduos (GUIMARÃES, CARVALHO e SILVA, 2007).

Tanto os agentes biológicos como os poluentes químicos ou radioativos podem alcançar o homem através da ingestão direta da água, pelo contato da mesma com a pele ou mucosas, ou através do seu uso em irrigação ou na preparação de alimentos, (Mota, 1995; Mota 1997 e Von Sperling, 1996).

Entre as doenças transmitidas pela água ao homem, por microrganismos patogênicos de origem fecal, destacam-se: Doenças veiculadas por ingestão: febre tifóide; febre paratífóide; cólera; disenteria bacilar; disenteris amebiana; enteroinfecções em geral; hepatite infecciosa; polielite.

Doenças veiculadas pelo contato com a pele ou com as mucosas: esquistossomose; infecção dos olhos, ouvidos, nariz e garganta e doenças de pele.

Entre as doenças causadas pela presença de substâncias químicas na água citamos: a fluorose, devida ao excesso de flúor; o saturnismo (envelhecimento) causado pelo chumbo; a metemoglobinemia (cianose),

provocada pelos nitratos. Algumas substâncias dão à água propriedades laxantes, como os sulfatos, ou as tornam tóxicas, como o zinco, o arsênio, o cromo hexavalente, os cianetos, o cádmio, o cobre, entre outras.

A escassez da água que era considerada no passado recente como uma hipótese restrita a regiões áridas, assume uma importância estratégica em todas as regiões do mundo, embora, ainda hoje, muitas pessoas não tenham a compreensão da gravidade da crise que se avizinha (GASPARINI, 2001). No contexto atual fazer o gerenciamento dos recursos hídricos, começa a ser entendido como sinônimo de oportunidade de desenvolvimento, e que muito provavelmente será o grande limitador do crescimento humano.

Este precioso recurso tem ainda um papel privilegiado na gestão ambiental. Pela sua característica de ser o solvente universal, a água desempenha um importante papel como elemento de ligação entre os compartimentos ambientais, refletindo na sua qualidade a forma de como é usada (CANAL, 2000).

O homem tem necessidade de água de boa qualidade, e em quantidade suficiente para todas as suas necessidades. Fundamentalmente, um dos principais requisitos para que, uma água seja destinada ao consumo público, é a ausência de germes prejudiciais ao organismo humano.

Tal critério de portabilidade talvez seja de maior importância que qualquer outro de ordem físico-químico. Raramente encontramos águas isentas de bactérias. Muitas vezes nos deparamos com água de elevada pureza físico-química, contudo, pode conter micro-organismos nocivos à saúde humana.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental. Nos últimos anos, tem-se observado que a finalidade dos projetos de saneamento tem saído de sua concepção sanitária clássica, recaindo em uma abordagem ambiental, que visa não só a promover a saúde do homem, mas, também, a conservação do meio físico e biótico (BARROS, 1995)

No Brasil, essa concepção também tem sido hegemônica, tanto na esfera legal quanto na esfera do universo da literatura científica correlata, assim

como entre profissionais e instituições que atuam na interface saneamento-ambiente-saúde (CEZARINA et al., 2015).

A utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde pressupõe a superação dos entraves tecnológicos, políticos e gerenciais que têm dificultado a extensão dos benefícios aos residentes em áreas rurais, municípios e localidades de pequeno porte (CEZARINA et al., 2015).

A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma das doenças que mais aflige a humanidade, já que causa 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento (GUIMARÃES, CARVALHO e SILVA, 2007).

No Brasil, o conceito de saúde entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não se restringe ao problema sanitário ou a prevalência de doenças. Hoje, além das ações de prevenção e assistência, considera-se cada vez mais importante atuar sobre os fatores determinantes da saúde. É este o propósito da promoção da saúde, que constitui o elemento principal das propostas da ⁶OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde.

O que interessa são os impactos não apenas epistemológicos (redução de morbidade por diarreia, por exemplo) ou ambientais (controle da poluição e da contaminação dos recursos hídricos, por exemplo), mas também sociais (CEZARINA et al., 2015, p. 89).

Torna-se necessário o questionamento sobre a sustentabilidade e quais as efetivas ações para o saneamento ao longo do tempo no que tange qualidade (melhoria) de vida para a comunidade, por meio de implantação e alteração na situação de saúde dos habitantes e, por conseguinte seu ambiente.

Pois, a água possui um enorme valor ambiental e social, fundamental à sobrevivência do Homem e dos ecossistemas no nosso planeta. A água é fundamental porque é um recurso natural único, escasso e essencial à vida de todos os seres vivos. E nas comunidades tradicionais a água, incluindo rios e lagos fazem parte de um território e um modo de vida. É um bem da natureza

⁶ Organização Mundial da Saúde – Relatório Mundial de Saúde, 2010.

muitas vezes dádiva da divindade, responsável pela sua abundância ou pela sua escassez. Proveniente da natureza, a água é um bem de uso em geral coletivo (DIEGUES, 1998).

No território, as águas se inter-relacionam com os sistemas socioeconômicos, formado principalmente pelos moradores que usufruem da água, cada um com seu interesse. Diegues, comenta sobre uso em geral coletivo e os conflitos de uso da água. Tecendo a seguinte abordagem:

“Dada a importância vital que tem as águas dos rios para as populações tradicionais qualquer alteração de sua qualidade e quantidade resultante de impactos de atividades de grande escala, colocam em risco o modo de vida e a própria sobrevivência desses grupos humanos, causando sérios problemas acarretando no abandono do território” (Diegues, p. 11. 1998).

A qualidade de vida está diretamente relacionada com a qualidade ambiental, pois, o desenvolvimento territorial sustentável, visa o crescimento populacional acompanhado com o aumento da infraestrutura necessária para possibilitar condições de vida favoráveis tanto nas áreas urbanas quanto para as comunidades (AMORIM, 1993). A partir destas questões, alertamos acerca da preocupação não somente pela questão ambiental da qualidade da água, como também pela saúde dos moradores das comunidades tradicionais.

Consideramos relevante resgatar os saberes tradicionais atualizados às condições atuais dos recursos naturais. Porém, tais saberes tradicionais ampliados pelas inovações do conhecimento deverão, não somente permear o âmbito do planejamento público e legal, mas também transformar-se em ações em prol das comunidades tradicionais. A passagem do planejamento para a ação é fundamental na conformação da confiança e da reciprocidade no âmbito dos usuários dos recursos de uso comum e na ampliação do engajamento dos atores locais. Isso deve ser tratado com extrema importância em uma comunidade tradicional, visto que se possa ter uma qualidade ambiental e de vida com condições favoráveis a cada morador. Neste caso, esse é o desafio envolvendo as comunidades tradicionais, quanto ao consumo da água, na utilização do território como estratégia de sobrevivência dos moradores da comunidade em questão.

5. CAPÍTULO V. RESULTADO DA PESQUISA

5.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE DE AMPARO

A permanência e possivelmente o aumento da população de moradores da comunidade de Amparo, levou-nos à um levantamento sobre a realidade socioeconômica da comunidade. Os moradores são pessoas culturalmente diferenciadas, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente.

Há uma relação dos moradores com o território onde estão inseridos, há um respeito sobre o princípio da sustentabilidade, buscando na estratégia de sobrevivência, a preservação das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações. É bom salientar que a conformação da próxima geração nesses contextos atende as necessidades morais, sociais, culturais e econômicas próprias, sobretudo porque a família é central na organização de toda a vida da comunidade. De acordo com MARRINI e PIERONI (1987), as estratégias dos indivíduos dentro da família “são condicionadas e mediatizadas pela estratégia familiar de distribuição de seus recursos de trabalho como um todo”. Não se pode fragmentar família de território, pois na sua grande parte, um território se constrói a partir das relações de vários sítios familiares. Na comunidade de Amparo existem 153 famílias. Esta comunidade conta com 624 moradores, 38% são mulheres e 62% são homens.

A tabela 1 mostra a porcentagem entre homens e mulheres na comunidade de Amparo.

TABELA 1 – QUANTIDADE DE MORADORES DE AMPARO ENTRE HOMENS E MULHERES

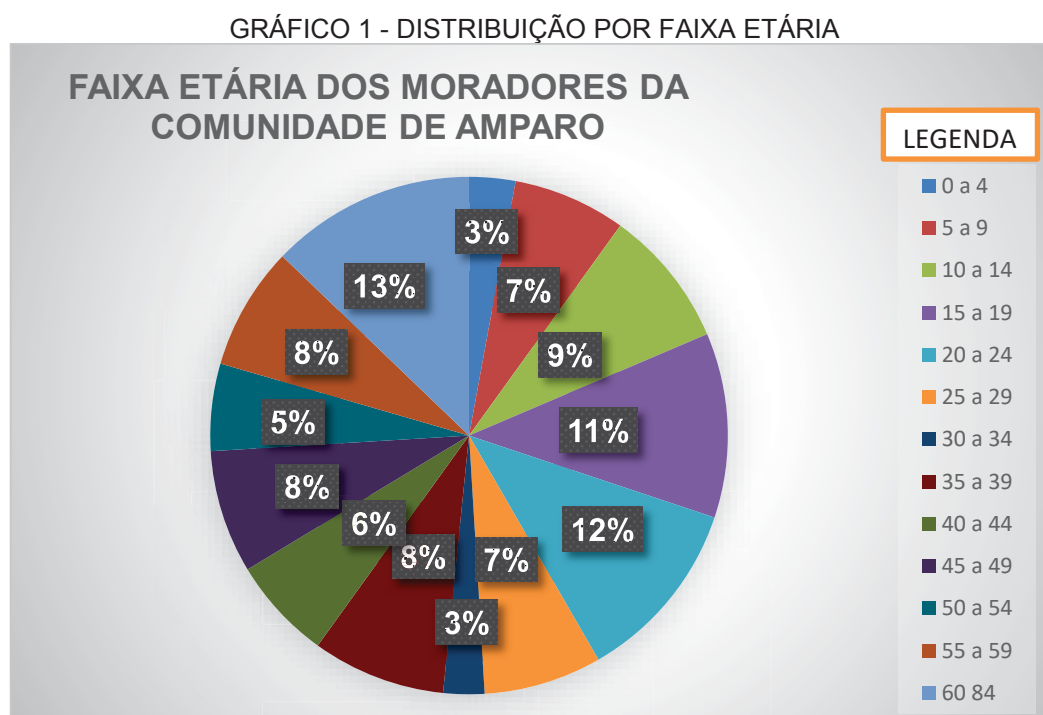
MORADORES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	389 62%	235 38%	624 100%

FONTE: O autor (2017).

Por isso, Schneider (2003) considera que a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares, dependerá de um intrincado e complexo jogo no qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridos. Compreender interação social na comunidade de Amparo e identificar os diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão e suas estratégias de sobrevivência ao longo dos anos permite pensar num sistema de gestão por meio dos interesses dos envolvidos. Além disso, o fato de ter os dados socioeconômico da comunidade, o uso e apropriação dos saberes locais, permite abordar o relacionamento dos moradores com o ambiente (a ecologia e a biodiversidade da comunidade).

Diante desse quadro teórico, das 153 famílias que moram na comunidade de Amparo, elas estão divididas em faixas etárias de 0 a 84 anos conforme o gráfico 1. No qual 13% dos moradores estão na faixa etária de 60 a 84 anos. Esse número de idosos é significativo para a comunidade. No tocante aos dados coletados, um fato curioso é que na comunidade de Amparo, 38% dos moradores estão na faixa etária dos 15 anos até os 34 anos.

Uma população jovem que compreende o potencial da comunidade de Amparo em continuar desenvolvendo suas atividades de sobrevivência por um longo período.



A Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá, passou a informação que 80 pescadores estão cadastrados na colônia. Os pescadores cadastrados na colônia de pescadores, tem direito à aposentadoria. A Aposentadoria de pescador possui duas peculiaridades em relação a Aposentadoria por Idade normal: o profissional tem direito a se aposentar 5 anos mais cedo que o trabalhador urbano e não precisa contribuir. Todavia, o valor de sua aposentadoria será de um salário mínimo. Requisitos para a Aposentadoria de Pescador: O Homem tem direito aos 60 anos de idade; A Mulher tem direito aos 55 anos de idade. É preciso comprovar que trabalhou como pescador, marisqueiro, catador de caranguejo, pescador de camarão ou limpador de pescado durante 15 anos, sendo necessário apresentar um documento ou mais, além de três testemunhas, com a finalidade de realizar tal comprovação. Tem direito ao seguro defeso que foi estabelecido a fim de beneficiar os profissionais que necessitam de cuidados específicos. O seguro beneficia aqueles pescadores profissionais que vivem disso, cuidam da família, e garante o sustento através desta atividade. O valor do benefício equivale ao salário mínimo, que é pago durante o período do defeso, equivalente há cinco meses. Também a família ficará protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão. A trabalhadora tem direito também ao salário-maternidade. Esses são os direitos dos pescadores cadastrados na Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá.

Fazendo uma análise entre os pescadores cadastrados na Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá e os dados coletados na comunidade de Amparo, é possível verificar que grande parte dos pescadores de Amparo não estão cadastrados na Colônia de Pescadores Z1. Das 153 famílias entrevistadas, 412 moradores se declararam pescadores, perfazendo um total de 66% dos entrevistados (Tabela 2).

TABELA 2 – QUANTIDADE DE PESCADORES DA COMUNIDADE

MORADORES	PESCADORES	NÃO PESCADORES	TOTAL
	412 66%	212 34%	624 100%

FONTE: O autor (2017).

A atividade pesqueira para 66% dos moradores, ainda é a grande estratégia de sobrevivência, principalmente para o consumo familiar, com o eventual comércio (vizinhos e turistas). Sua grande parte, servem para atribuir um rendimento à família ilustrando o modo de vida dos moradores. Ao observar as estratégias dos pescadores, percebe-se que esta opção é mais viável na comunidade, evidenciando um rendimento das famílias por meio da pesca.

É comum chegar na comunidade de Amparo e ver os jovens consertando as redes de pescar, o material de trabalho da família (neste caso, as redes de pescar). A maioria dos moradores são pescadores, e conforme o gráfico 1, apontando para 38% dos moradores serem jovens e também já estarem inseridos na pesca (figura 8).

Um fator determinante para os jovens permanecerem na comunidade, foi que o pai já está com idade avançada e precisava de ajuda, e precisa colocar o mantimento na mesa da família. A falta de oportunidade na cidade e a não formação escolar, contribuíram para a permanência dos jovens na comunidade e Amparo. Para os jovens que têm dúvidas se permanecem na comunidade ou não, os pescadores mais experientes recomenda que fiquem. O conselho é de que continuem e invistam na pesca. É rentável e dá para viver muito bem.

FIGURA 8 - JOVENS DA COMUNIDADE DE AMPARO COSTURANDO A REDE DE PESCAR



FONTE: O autor (2017).

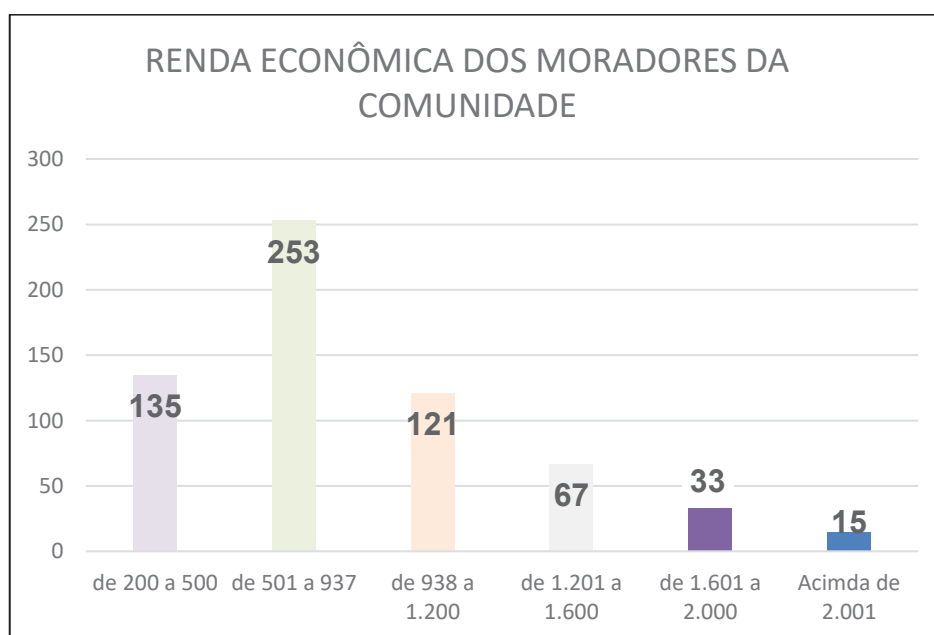
Segundo o jovem ⁷Marcelo, pescador da comunidade de Amparo:

Pescar e colocar o alimento na mesa todos os dias é o seu desafio. Sei da importância da pesca para mim, e do meio ambiente, também sei o quanto eu gosto de morar aqui, e nada melhor do que fazer aquilo que gosto e sei fazer, em um lugar que eu amo e protejo.

Na fala do jovem, percebe-se o valor sentimental que ele tem do seu território, e a importância que ele dá para sua atividade de pescador. Isso é comum na comunidade de Amparo, a valorização da cultura local. Os pescadores jovens da comunidade de Amparo estão se inteirando com os temas ambientais. Há uma demonstração de cuidado ao falar do território, em querer um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. Isso é de fundamental importância para a vida de um modo geral, e como garantia da sobrevivência dos pescadores da comunidade de Amparo. Não é só por causa da dependência do ambiente para sobreviver, mas também, pelo sentimento de pertencimento ao ecossistema de onde eles conseguem tirar o sustento da família.

Em se tratando da análise *trade-off*, há diferentes formas e níveis de envolvimento, e toda essa diversidade deve ser levado em consideração. Por meio da aplicação do questionário socioeconômico na comunidade de Amparo foi possível verificar a renda das famílias da comunidade (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – RENDA ECONÔMICA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O autor (2017).

⁷ Jovem pescador da comunidade de Amparo. Falando do amor que sente pela comunidade

A renda mensal de 253 moradores ficou na faixa dos R\$ 501,00 a R\$ 937,00. Esse é o ganho mensal dos moradores com a atividade da pesca. Numa comparação de renda entre os moradores que ganham entre R\$ 200,00 reais até R\$ 937,00 reais, o percentual de moradores é de 62%.

Na comunidade de Amparo, 15% dos moradores disseram ser aposentados da pesca. Ao fazer uma abordagem a respeito do aumento da longevidade dos moradores, viu que isso é resultado principalmente de uma série de costumes que os moradores adquiriam ao longo da sua vida.

Os pescadores aposentados, continuam morando na comunidade de Amparo. Na visão deles, o lugar é o território onde eles conseguiram sustentar seus familiares e por ser calmo e acolhedor, podendo eles usufruírem das suas aposentadorias com seus familiares.

Há também pessoas que não são pescadores e são aposentadas e escolheram viver na comunidade de Amparo. Esses aposentados, estão muito mais ativos e empolgados com o local decidido para viver sua aposentadoria. Além de receberem como aposentadoria o teto máximo do INSS. Eles foram morar no Amparo e esperam ali prolongar ao máximo a vida.

A tabela 3, representa o número total de moradores da comunidade (624) e a porcentagem dos aposentados que vivem no Amparo.

TABELA 3 – QUANTIDADE DE APOSENTADOS

MORADORES	PESCADORES	NÃO PESCADORES	TOTAL
	15%	2%	624 100%

FONTE: O autor (2017)

A dinâmica socioeconômica na comunidade de Amparo, faz com que as relações dos moradores com o território apresentem um compartilhamento dos recursos naturais na estratégia de sobrevivência, tantos dos jovens, como dos aposentados que ali vivem. Neste caso, o território é o local da moradia, onde o homem encontra segurança, ali é a paisagem natural e cultural do território, seu meio de subsistência. Sendo assim, Sachs (2004) aborda que a dimensão social

do desenvolvimento territorial sustentável considera a cultura como elemento essencial no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento nessa linha de raciocínio, está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais (Saquet e Sposito, p. 22, 2006). Por isso, o mapeamento do uso e ocupação do solo na comunidade de Amparo (figura 9) serviu para mostrar a dinâmica espacial da comunidade. Visto que os principais fatores que potencializam a ocorrência de desastres naturais, é a exposição a fontes de pressão ambiental e à ocorrência de impactos ambientais (erosão hídrica) em uma área montanhosa.

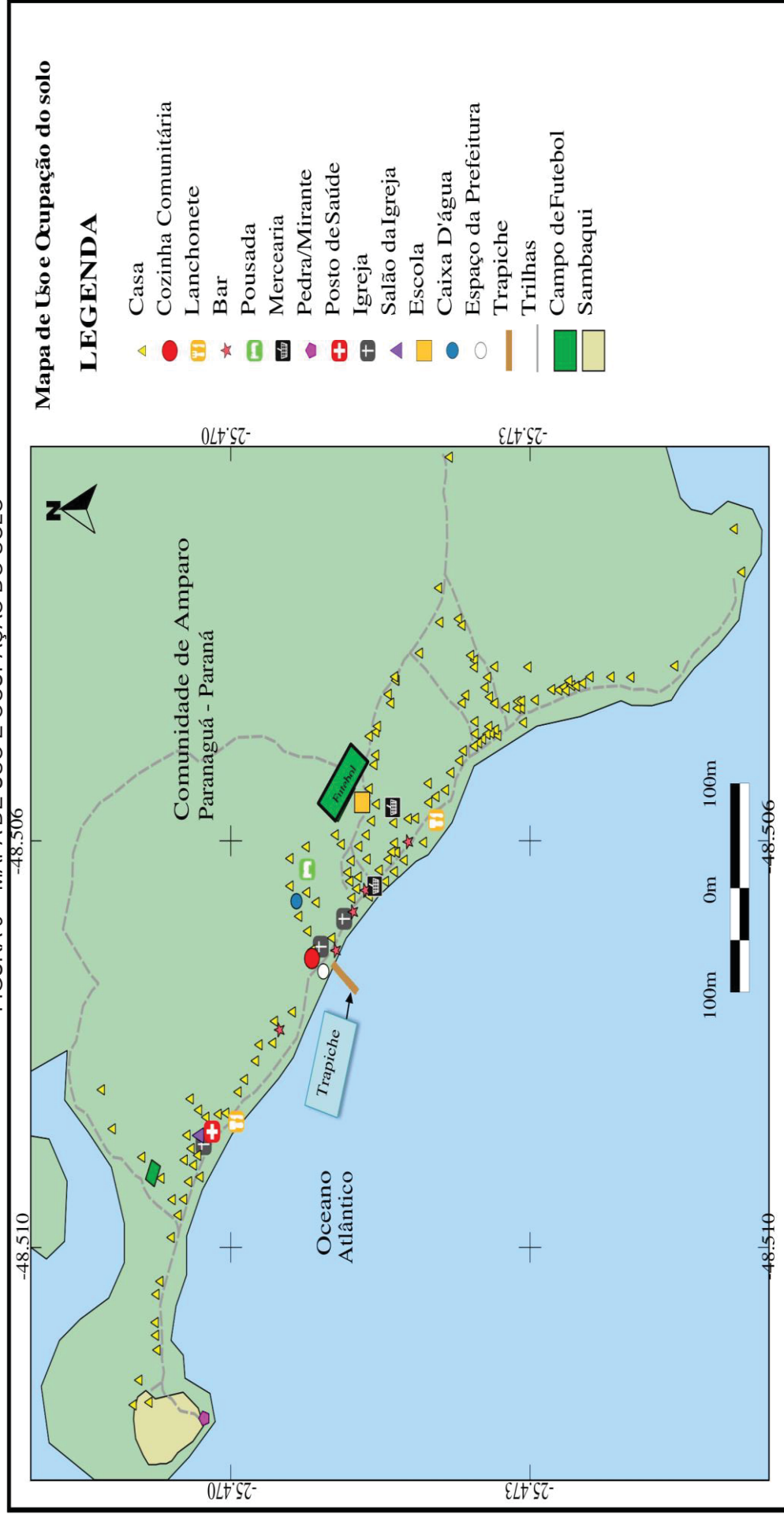
Na figura (9) a seguir, o mapa de uso e ocupação do solo da comunidade de Amparo mostra a situação atual na comunidade e como está organizada essa comunidade. Ao longos dos últimos anos o Amparo foi tomada pelo crescimento populacional, isso fez com que sua identidade se mantivesse a par desse processo, pode-se observar que as casas construídas na comunidade geraram de maneira articulada espaços ocupados por residências e até pequenos comércios, bar, lanchonete, mercearia, pousada, Igrejas, salão da Igreja, escola, cuja convivência dá-se de acordo com o comportamento social de cada morador. Dentro de um sistema de gestão integrada e o mapeamento do uso e ocupação do solo (figura 9), foi possível identificar indicadores que mantêm a permanência de um povo em um certo território, que são eles: os recursos hídricos, economia de subsistência, autossuficiência de recursos, preservação ambiental, conforto de moradias, bem-estar social e educação.

Na comunidade de Amparo, observou-se que a questão do território envolve vários interesses, com alteração do uso e ocupação do solo. Cada morador inserido explícita ou implicitamente, motiva o estabelecimento da prática da cultura típica da comunidade. Uma gama de moradores são pescadores (66%), tornando a comunidade de Amparo uma comunidade de pescadores.

No território, os moradores buscam interagir coerentemente como conjunto ambiental a que pertence. O uso dos recursos naturais, atentando para a qualidade de vida, corpos d'água, vegetação e geomorfologia do terreno, entre outros. Tudo isso gera um bom equilíbrio ambiental, social e econômico para a comunidade, fauna e flora deste conjunto ambiental, o principal fruto deste uso

e ocupação solo, que é o de residir com atividades diferentes da pesca, como por exemplo: o artesanato que é feito do cipó e as festas tradicionais na comunidade.

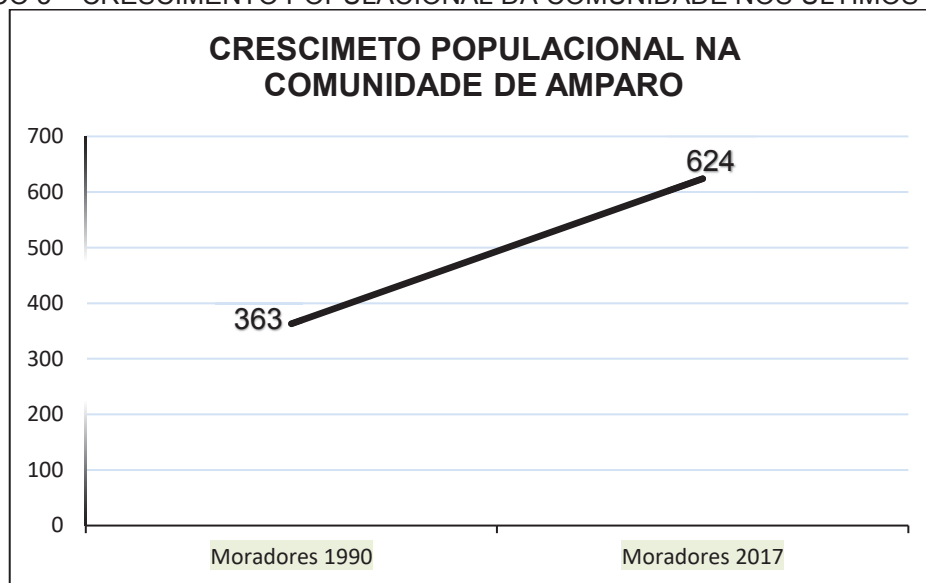
FIGURA 9 - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



FONTE: O autor (2017).

Nos últimos 27 anos, o índice de crescimento populacional na comunidade de Amparo, cresceu de forma acentuada (gráfico 10). Na década de 1990 a população era de 363 habitantes SEMAPA (2006), no ano 2017 passou para 624 moradores. Ou seja, o número de moradores no ano de 2017 representa um aumento de mais de 58%, se comparar com o número de moradores nos anos de 1990, idem gráfico 3.

GRÁFICO 3 – CRESCIMENTO POPULACIONAL DA COMUNIDADE NOS ULTIMOS 27 ANOS



FONTE: O autor (2017)

Este crescimento, segundo a Associação de Moradores da Comunidade, é definido de forma que a ocupação do solo seja feita visando à conservação ambiental. Cada residência vendida na comunidade, dez por cento (10%) do valor fica no caixa da Associação de Moradores. A compra da residência ou terreno na comunidade é intermediada pela Associação dos Moradores, que faz o recibo de compra e venda da propriedade.

Na comunidade de Amparo o morador só poderá usar o território da maneira que lhe convir, desde que respeite os interesses coletivos, como a função social e a conservação do meio ambiente. Trata-se do controle da Associação dos Moradores capaz de ordenar o interesse e a evolução na estratégia de sobrevivência, respeitando os interesses e direitos ambientais e sociais, possibilitando o alcance do tão almejado desenvolvimento territorial sustentável. Ao analisar o mapa de uso e ocupação do solo (figura 9), percebe-se que o adensamento populacional na comunidade de Amparo, ficou distribuído

por meio de um gerenciamento apropriado dos moradores. Com isso, é possível criar uma ferramenta de gestão valiosa, que contribua para a redução dos impactos sobre o bem-estar da população, e assim ter um plano de gestão participativa integrada dos recursos onde todos os atores fazem parte.

Para Vieira e Weber (p. 233, 2000) a questão relativa à gestão dos recursos implica, portanto, a consideração de pelo menos dois níveis, a saber, aquele onde comparece uma multiplicidade de atores intervindo diretamente no processo de gestão, e aquele relacionado aos mecanismos institucionais que tem por objetivo integrar, coordenar, estimular e controlar a gestão dos recursos, onde todos participam. Em outras palavras, a gestão participativa será possível, entre os diferentes atores e, conseqüentemente, a formação de uma visão e de objetivos estratégicos comuns com vistas a enfrentar os desafios ligados ao esforço da gestão na comunidade de Amparo (BOUAMRANE E ANTONA, 1998).

A Associação dos Moradores da Comunidade de Amparo, é composta por uma diretoria encabeçada pelo seu diretor presidente Sr. Maíco como é chamado pelos moradores. Atuação da Associação é na organização dos eventos que ocorrem na comunidade e a questão da infraestrutura. Uma Associação de Moradores não é simplesmente um espaço de quem tem vocação de liderança ou é popular entre a comunidade. O interesse nasce pela necessidade de mobilizar a comunidade de Amparo em prol de empenhos comuns na busca de resposta, aquilo que não está ao alcance do poder público enxergar. Isso é um ponto positivo, pois a única maneira de ouvir diariamente as carências e reivindicações dos moradores da comunidade, atendendo suas necessidades, nasce de uma associação. Acima de tudo, agregar é fundamental para a concretização do grupo de uma associação de moradores. Por isso a Associação Comunitária dos Moradores de Amparo dita o tom diário das funções desempenhadas pelos moradores. Essa instituição, em geral, têm o dever de lutar pelos interesses dos moradores, fazendo pressão junto ao poder público para que a localidade usufrua dos seus direitos: à saúde, à infraestrutura básica, ao lazer, à educação etc.

O papel das associações vai muito além, pois ela também precisa agir como se fossem uma “subprefeitura”. Ou seja, mete a mão na massa – no sistema de distribuição de água, inclusive, como é o caso do Maíco, presidente da Associação, que vira e mexe é visto mexendo no sistema. “Não dá para

esperar a Cagepar, todo dia temos problema de vazamento e falta de água”, relata ele, exemplificando o tipo de trabalho que desenvolve.

Por falar em dinheiro, a associação não recebe verba pública. O principal (por vezes único) recurso vem da taxa de R\$ 3,00 cobrada pela distribuição de água na comunidade e principalmente de compra e venda de imóvel. Ou seja, mais uma função que não seria delas, caso os moradores tivessem título de propriedade e pudessem registrar devidamente suas casas em cartório, mas essa solução definitiva também cabe ao poder público. Por isso é importante a existência da Associação de Moradores, para reunir, convocar e unir as forças e organizar a comunidade. A Associação é uma ferramenta, que a comunidade tem a seu favor. Ostrom et al. (2009) corrobora com ideia de que as cooperativas, comunidades e associações, organizações da economia social, contribuem e apoiam a geração e a difusão da informação no âmbito das mudanças institucionais, ampliando a conformação das inovações nas regras e normas para gestão dos recursos comuns. A evolução desse debate reforça a impressão de que a experimentação com novas modalidades de ação coletiva, norteadas pelo ideário do desenvolvimento territorial, da sustentabilidade e da governança dos recursos comuns vem se intensificando nos últimos tempos. Como parte da ação conjunta na comunidade tem-se a consolidação de relações de cooperação, reciprocidade e confiança que são promovidas principalmente pela proximidade geográfica, sociocultural e também de acesso e uso dos recursos comuns (PECQUEUR, 2005; OSTROM, 2009; SABOURIN, 2002). Por isso a análise do uso e ocupação do solo é de extrema importância na avaliação ambiental, pois as características do meio físico são resultantes principalmente das diferentes formas de uso e ocupação da área e das interferências antrópicas nos processos ambientais (ROMÃO & SOUZA, 2011). A cobertura do solo influencia de forma considerável a infiltração na bacia hidrográfica, o que resulta no incremento do escoamento superficial durante estações chuvosas e consequentemente a interferência no regime hidrológico e na qualidade de água do rio (COSTA et al., 2003; PAIVA & PAIVA, 2003; SANTOS & PEREIRA FILHO, 2010).

Em ambientes costeiros, neste caso a comunidade de Amparo, a inter-relação entre as unidades naturais é evidente e essencial para a evolução desses geossistemas, sendo sua dinâmica complexa. Todavia, a paisagem vista

como um sistema aberto se reestrutura também mediante a interferência antrópica nos elementos evolutivos desse processo, acelerando-o ou freando-o.

Constatou-se que na Comunidade a utilização do território, a gestão dos recursos naturais e o uso e ocupação do solo se dá através da associação de moradores como esteio principal para garantir que essa interferência antrópica no geossistema possa ser controlada. A partir disso podemos avançar na análise que segue e que apresenta o território como meio de sustento.

5.1.2 MEU TERRITÓRIO ONDE TIRO O SUSTENTO DA MINHA FAMÍLIA

O conhecimento do território e dos seus valores culturais coloca-se como uma forma de defesa das identidades locais que as tensões globalizantes da economia e da comunicação tendem a destruir (TURRI, 2002, p. 7). O conhecimento e o saber são estratégicos num processo de sobrevivência e de desenvolvimento (SAQUET, 2015, p. 126.)

A pesca artesanal é um grande atrativo de trabalho tornando-se expoente na economia brasileira. Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura é uma categoria que compreende milhões de trabalhadores em todo o Brasil e sua relevância no que tange a produção de alimentos é de alta importância para garantir boa parte do sustento do pescador. Tendo como fonte produtiva na sua maior parte o pescador, sendo ele o principal ator como dono do meio de produção, geralmente as redes, tarrafas, barcos e outros apetrechos que ajudam na técnica da captura do peixe, a figura 10 mostra o material de pesca do Sr. Amilton pescador da comunidade de Amparo.

FIGURA10 - PESCADOR Sr. AMILTON E O SEU MATERIAL DE PESCAR



FONTE: O autor (2017)

No entanto, esta categoria vai criando meios ou estratégia de sobrevivência, pois nos últimos anos com o aumento na captura do pescado, aos poucos a produção pesqueira artesanal vem perdendo espaço e isso faz com que os moradores da comunidade pesqueira de Amparo criassem estratégias alternativas de sobrevivência.

Os moradores estão inseridos num mesmo território com práticas ligadas entre si por meio das novas relações econômicas, políticas e cultural. Essa relação do ser humano com o lugar, ou seja, o território, coloca valores relacionados aos sentimentos e à identidade cultural valorizando ainda mais seu local de sobrevivência.

FIGURA 11 - COMUNIDADE DE AMPARO ONDE OS BARCOS FICAM ATRACADOS



FONTE: O autor (2017).

Esse valor é perceptível no relatório do Sr. Amilton, pescador da comunidade de Amparo, ao descrever sua atividade ao longo dos anos na comunidade. Ele é um dos moradores mais antigos no Amparo.

Falar da Comunidade de Pescadores de Amparo é muito bom, esse lugar é tudo para mim. Um lugar calmo, tenho tudo aqui e se quiser algo que não tenha na comunidade, vou no centro de Paranaguá compro e depois eu volto. Foi assim que criei meus filhos.

Tenho 77 anos e moro aqui já fazem 50 anos. Eu comecei a pescar quando eu era criança. Me lembro que pegava peixe na rede, na tarrafa e tinha dias que trazia mais de 25 kg de peixe. Eu pegava pescada, robalo, pescadinha, bagre entre outros tipos de peixes. Quando comecei a pescar, tinha grande quantidade de peixe no mar. Eram muitos os peixes aqui e por isso nós vendíamos por um preço barato. Quando nós pegávamos os peixes, acabava vendendo para os moradores da comunidade e as pessoas da cidade. Com o passar dos anos, notei uma grande diminuição na captura do peixe. Por essa diminuição na quantidade capturada, pescar ficou mais caro, principalmente na hora de vender.

Costumava pescar com uma batera, depois que me aposentei, dei para os meus filhos. A pesca foi meu grande meio de sobrevivência, eu gostava muito de pescar, me divertia era muito prazerosa. Consegui criar 7 filhos com a pesca, 5 homens e 2 mulheres. Aqui é o meu lugar e a pesca foi o meio de sobrevivência da minha família. Me aposentei da pesca com 60 anos, e meus filhos continuam pescando (relato do Sr. Amilton em 01.07.2017).

Na fala do Sr. Amilton, pescador antigo da comunidade, o território carrega a noção de pertencimento e de afirmação identitária. Na visão do morador, o território é mais do que um lugar de se produzir, é um lugar de convivência, onde vão realizar seus desejos, os pais vão criar os filhos e as famílias serão constituídas, gerando soluções consideráveis satisfatórias por todos os moradores envolvidos na estratégia de sobrevivência da comunidade onde pertencem.

Esta é uma realidade costumeira na comunidade de Amparo e que lhe dá a certeza de existência. Pouco a pouco, o território dos pescadores produz os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações e suas próprias estratégias de sobrevivência. Os seus significados e as estratégias vão se multiplicando em um conjunto de ações ⁸(MEDEIROS, 2015). Assim, Vieira (2006) aborda que os aspectos subjetivos das relações que se mantêm com a natureza - percepções, valores e significações culturais se tornam essenciais na formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento territorial.

A figura 12 ilustra os jovens pescadores limpando os barcos da família, uma atividade corriqueira quando eles voltam de pescar. Enquanto o pai vai descansar, depois de um dia inteiro pescando, os filhos vão fazer a limpeza nos barcos da família.

FIGURA 12 – PESCADORES VOLTANDO DA PESCA E LIMPANDO OS BARCOS



FONTE: O autor (2017)

⁸ MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território Espaço e Identidade. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É este território com suas características próprias que lhe são peculiares, e enraizados entre parentescos que o filho do Sr. Amilton comentou suas experiências como pescador. Segue abaixo relato do Sr. Azuir;

Tenho 50 anos de idade, nasci aqui na comunidade. Esse lugar para mim é tudo. Criei meus filhos aqui por meio da pesca. Um local muito bom de morar, conheço todos os moradores. São pessoas simples e acolhedoras. Sou filho de pescador, meu pai é o Sr. Amilton, eu ia pescar com papai, o peixe era por temporada. Vou explicar como funciona a temporada. É assim: cada mês nós pescamos um tipo de peixe, por exemplo: no mês de junho a julho era o bagre, de setembro a novembro a vez da miraguaia e linguado de dezembro a março pegávamos a salteira. Infelizmente nos últimos anos houve uma diminuição do pescado.

Quando nós saímos pescar, costumamos sair às 04:00 da manhã em diante. E quando voltamos é lá pelas 16:00. Tem pescador que vai em casa às 09:00 da manhã, toma um café e volta pescar. Enquanto isso outros vão direto desde a hora que saem pescar. Cada pescador tem seu barquinho, o nosso barco é da família. Começamos com um barco a remo e hoje estamos com barco a motor (figura 13). Eu ganhei um bom dinheiro com a pesca, esse dinheiro deu para manter minha família. Termina dizendo: é aqui na comunidade e junto com a pesca que tiro o sustento da minha família (Entrevista do Sr. Azuir no dia 01/07/2017).

Na narrativa do Sr. Azuir, o território observado na descrição do morador, revela sua importância, uma vez que aquele lugar é uma conquista da comunidade, tanto pelo pedaço de terra, quanto pelo alimento, pela identidade, pela vivência e continuidade na estratégia de sobrevivência das pessoas que ali moram. A influência da cultura do pescador na comunidade de Amparo é perceptível e marcante, tanto que o território vai se organizando e mostrando os tipos, as práticas que os pescadores trazem consigo ao longo de sua história de vida.

FIGURA 13 - Sr. AMILTON, NO BARCO DE PESCA TÍPICO DA COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O autor (2017).

Neste sentido o território agrega uma espessura, ele traz o conteúdo histórico dos moradores da comunidade de Amparo, a existência e os saberes acumulados ao longo dos anos, fazendo com que haja uma identidade própria tanto para quem pesca e quem faz o artesanato. E essas identidades próprias, servem como estratégia de sobrevivências na comunidade de Amparo. Em conversa com a moradora da comunidade, ela fala a respeito da comunidade da pesca e do artesanato.

Sou a Franciele, tenho 30 anos de idade, nasci aqui mesmo na comunidade. A comunidade de Amparo é tudo para mim é o paraíso, eu não gosto da cidade. Aqui eu mato uns peixes, tiro uma ostra, e já estou com a mistura na mesa. Eu também sou pescadora, as vezes vou pescar com meu marido. Este ano o camarão está bem pouquinho, lembro que tinha semanas que nós pegávamos uns sete, oito quilos de camarão no dia. Eu comecei a fazer artesanato olhando a dona ⁹Rosa, nossa vizinha. Lembro que ela fazia artesanato aqui na comunidade e assim comecei a fazer também. O dinheiro começou a entrar em casa, vendia aqui na comunidade e também vendia para Curitiba. Entrava no mato e tirava o cipó, tirava a casca e limpava ele. O pessoal de Curitiba levava mil cestas. Cada cesta era vendida por 1 real. Era novidade o artesanato na comunidade. Como o meu esposo é pescador, o dinheiro que pego com a venda do artesanato é para ajudar em casa. A pesca deu uma diminuída nos últimos anos, o artesanato ajuda como uma renda. É bom quando o turista chega aqui, ele sempre quer levar uma lembrança. Eu não me lembro quantas pessoas fazem o artesanato na comunidade.

Quando faço o artesanato me sinto bem, é uma terapia me sinto muito bem. A parte ruim é quando tenho que limpar a sujeira (risos). Há um pessoal que prende nossas redes, prejudicando muito nosso trabalho. Hoje vivemos da pesca e do artesanato. Meu marido quebra o galho com essas atividades para gerar renda aqui em casa (relato da Srta. Franciele, moradora da comunidade em 01.07.2017).

FIGURA 14 – ARTESANATO TÍPICO DA COMUNIDADE DE AMPARO



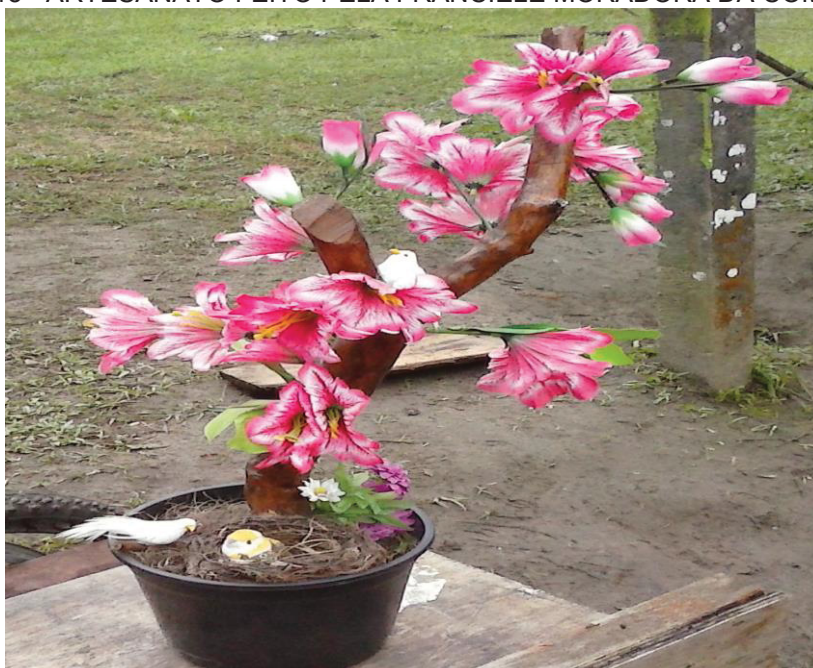
FONTE: O autor (2017).

⁹ Dona Rosa, segundo a moradora foi a artesã que inspirou ela a começar no artesanato.

O território na fala da pescadora e artesã Franciele, é visto como uma oportunidade de estratégia sobrevivência. Seu território é observado como um recurso tornando-se estrategicamente importante para o desenvolvimento na comunidade, sendo a pesca e o artesanato as estratégias de sobrevivência com maior perspectiva de renda para os moradores da comunidade de Amparo.

As figuras 14 e 15, ilustram o artesanato típico da comunidade de Amparo feito pela moradora Franciele.

FIGURA 15 - ARTESANATO FEITO PELA FRANCIELE MORADORA DA COMUNIDADE



Fonte: O autor (2017).

A produção artesanal ocorre nas casas das artesãs, isso faz com que haja uma interação com seus familiares. As cestarias são feitas com as fibras vegetais conforme a figura 16. Na comunidade, as artesãs utilizam o bambu na criação dos artesanatos, elas utilizam objetos comuns que representam a comunidade. Têm-se evidenciado como reflexo da busca pelo que é natural, lembrando a terra e as tradições, na figura 16 uma cesta típica que os moradores utilizam para guardar o camarão. Além de utilizarem a cesta para armazenamento do camarão, eles também vendem para os turistas que vão conhecer a comunidade.

FIGURA 16 – CESTARIA FEITA NA COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O autor (2017).

Segundo Alvim (1983):

A relação do artesanato com a tradição faz com que muitas vezes grupos tradicionais que tiram do artesanato seus meios de existência seja catalogado como parte de uma sociedade que ficou para trás e que se define como opositora da sociedade dita moderna. Sendo assim, ver o artesanato como resquício de uma sociedade tradicional é esquecê-lo como contemporâneo e minimizá-lo em sua importância na medida em que é através das chamadas atividades artesanais que parte significativa da população sobrevive (Alvim, 1983, p.49).

As práticas de sobrevivência voltadas para o desenvolvimento local, servem de referência, uma vez o território sendo fator importante na interação para a sobrevivência da comunidade. Nesse sentido, é interessante considerar a comunidade de Amparo ligada ao modo como os moradores utilizam a terra, e como elas se organizam, a fim de manter suas raízes históricas e familiares ligada com o território por eles habitado. O território só se efetiva quando os atores estão em relação uns com os outros, na prática de meios e sobrevivência partindo do pressuposto do conhecimento adquirido no local, muitas das vezes passando de uma geração para a outra geração.

O Sr. ¹⁰João, “falou a respeito da ajuda que os moradores recebem uns dos outros. Tanto na hora que vão para o mar pescar, quanto na volta da pesca, trazendo os peixes para ser comercializado. E também fez menção a respeito da prática do artesanato na comunidade. Aqui ajuda

¹⁰ Nome fictício, o morador preferiu não colocar seu nome verdadeiro.

muito no rendimento da família, eu não vejo o artesanato apenas como um produto que minha esposa vai vender, e sim algo que as pessoas vão lembrar com carinho da nossa cultura e da nossa comunidade. E é claro, da ajuda financeira que eles vão nos dar ao comprarem esta lembrança.

Assim, é possível falar em desenvolvimento territorial sustentável na comunidade de Amparo, na perspectiva do envolvimento dos atores sociais na luta pelo bem-estar e na qualidade de vida, buscando estratégias de sobrevivência para os moradores, e um sistema de gestão integrada dos recursos naturais. O pescador “João”, fez lembrar, que o tempo no mar as vezes extrapola 12 horas no dia, isso depende das condições do mar e do pescado capturado. Na figura 17, o morador da comunidade limpa o peixe que acabou de ser pescado para fazer cozido no almoço.

FIGURA 17 – MORADOR DA COMUNIDADE DE AMPARO LIMPANDO SEU ALIMENTO



FONTE: O autor (2017).

Quando eles capturam os peixes, armazenam em freezers, geladeiras ou gelo. Os pescados em sua grande maioria são comercializados no Mercado Municipal de Paranaguá, bem como, nos restaurantes do município e na comunidade. Na figura 17, o Sr. Pereira consertando sua rede de pescar, pois, no dia seguinte é dia de pescar. Esse fato, é comum na comunidade de Amparo, ao caminhar pela comunidade o visitante vai perceber os pescadores fazendo

os devidos reparos no material de trabalho que eles utilizam no dia a dia. O Sr. Pereira, fala da pesca, sendo o ganha pão de cada dia da família.

Tenho 60 anos de idade, minha família foi sustentada pela pesca. Me lembro que desde os meus 13 anos de idade, eu ia pescar com meu finado pai. Comecei assim a pescar. Se eu não me engano, vinte(20) anos atrás, nós conseguíamos pescar uma quantidade boa de peixe, também podíamos plantar arroz, feijão, batata, tomate, entre outras frutas e verduras que davam sustento para nossa família. De um tempo pra cá, isso tornou-se proibido, sempre vem uma pessoal aqui dizendo que não podemos fazer algumas atividades aqui, pois, é prejudicial na natureza. Não entendo sobre isso, não posso discutir, minha única saída é pescar para sustentar minha família. A comunidade de Amparo é tudo pra mim, nasci aqui e meu filhos também nasceram aqui. Tenho 6 filhos, sendo 5 homens e apenas 1 mulher. Foi aqui que tirei o sustento da minha família. Espero que a pesca volte a melhorar. Agora deixa eu arrumar a minha rede, amanhã é dia de pescar (Relato do Sr. Pereira, morador da comunidade no dia 07/09/2017).

FIGURA 18 - Sr. PEREIRA CONSERTANDO A REDE DE PESCAR



FONTE: O autor (2017).

Na concepção do Sr. Pereira, o território agrega uma consistência, um corpo, pois trata dos conteúdos históricos e existenciais dessa comunidade, uma vez que é pilar material da cultura, da memória e dos saberes acumulados ao longo dos anos. Neste sentido, percebe-se que a fala do morador da comunidade, envolve sentimento de pertencimento do território. Desta forma, o desenvolvimento territorial dar-se-á com possibilidades de transformações concretas. Essas transformações devem emergir sob a ótica da reconstrução de

valores, num fluxo contínuo da recepção e da doação, da renovação e da conservação, a partir dos anseios individuais e coletivos da comunidade (ANDRADE, 2011).

De acordo com Leff (2004), o desenvolvimento local preconiza com a ética de desenvolvimento compatível com a necessidade das comunidades locais e que tais necessidades se satisfazem em consonância com o manjar equilibrado dos ecossistemas. Ao investigar a pesca e o artesanato como estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo, podemos ver, por um lado, que os diferentes indivíduos e/ou grupos constroem estratégias de uso dos recursos naturais resultantes da interação entre população e ambiente, neste caso a pesca e o artesanato.

Por outro lado, diferentes comunidades possuem como modo de vida e de subsistência em seus respectivos ecossistemas, a extração de elementos da natureza, muitas vezes identificados como “bens coletivos”, que possibilitam a reprodução física e cultural dessas comunidades, ao mesmo tempo em que seus diversos arranjos sociais e institucionais os tornam corresponsáveis pelos recursos de uso comum. A fim de cooperar com veemência, inserindo-se no nível de desenvolvimento territorial sustentável com o intuito de favorecer a geração vindoura, respeitando a autonomia cultural, social e, conseqüentemente a autoestima, fazendo do território o seu lugar de sobrevivência, assim utilizando os recursos naturais, por meio da pesca, artesanato numa perspectiva de gestão organizada.

Os moradores da comunidade tendem a se organizar quando se envolvem em uma negociação face a face e tem autonomia para mudar suas regras. Essa organização depende dos atributos do sistema de recursos, dos próprios usuários, que influenciam a confiança uns nos outros, e dos benefícios a serem alcançados, bem como dos custos necessários para atingi-los dentro da comunidade de Amparo (OSTROM et al., 2011, p. 317).

5.1.3 A UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E AS ATIVIDADES FESTIVAS COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA COMUNIDADE DE AMPARO

Amparo é uma comunidade que apresenta grande diversidade humana cultural, associada com as concentrações remanescentes da biodiversidade. Pela sua localização e sua beleza e tranquilidade, e o que mais impressiona é a história e a cultura do local. Tanto a diversidade biológica quanto a cultural são características importantes para o turismo de base comunitária (figura 19).

FIGURA 19 - MORADOR CONSERTANDO A REDE DE PESCAR



FONTE: O autor (2017)

Os turistas que chegam são acolhidos e atendidos por um jeito todo especial de um povo de raiz, humilde e simpático que tem uma cultura preservada a mostra de quem quiser ver, qualquer dia que se chegue a comunidade é possível encontrar pessoas confeccionando redes conforme a figura 17, cestarias, à beira da maré sentada em canoas de pesca.

Na coleta dos dados para a pesquisa realizada, houve conversa de cunho informal com aproximadamente 50 turistas que estavam visitando a comunidade, os mesmos informaram que os pontos mais atraentes na comunidade são: a beleza, a tranquilidade, a originalidade do lugar, a história

daquela comunidade, a igreja na figura 20 em cima do sambaqui conservado, onde ali mesmo podem observar o mar, o porto e a serra e o fácil acesso ao local. Na visão dos turistas, tudo isso é um grande incentivo para que o turista visite a comunidade e possa desfrutar de toda essa maravilha, uma riqueza natural e um povo hospitaleiro típico da comunidade de Amparo.

FIGURA 20 – IGREJA CONSTRUÍDA EM CIMA DO SAMBAQUI



FONTE: O autor (2017).

Com o passar dos anos a comunidade de Amparo se preparou para atender as festividades tradicionais realizadas. Há uma cozinha comunitária (figura 19), cuja responsabilidade do gerenciamento é da Associação de Moradores. Com isso, um grupo de moradoras que fazem parte da associação ficam à disposição para preparar as refeições para os turistas que vão conhecer a comunidade.

A cozinha comunitária só abre quando é agendado um evento (visitas, festas da comunidade, encontros entre outros) a fim de atender os turistas e visitantes de forma organizada e planejada.

FIGURA 21 - COZINHA COMUNITÁRIA ILHA DE AMPARO



FONTE: O autor (2015).

A festa de São Sebastião, realizada no mês de janeiro, padroeiro da comunidade, faz com que a comunidade receba visitantes de outras comunidades tais como: Piaçaguera, Vila São Miguel, Ilha Rasa, Prainha Ponta de Úba e Medeiros. A comunidade promove práticas esportivas torneio de futebol, de truco, barracas de alimentação e outras atividades comerciais com fins lucrativos.

A festa do camarão é realizada no mês de abril, em comemoração ao período de captura do crustáceo para comemorar a abertura do período de pesca dessa espécie. Festa da tainha é realizada no mês de junho, até o ano de 2010 este evento era o lançamento da Festa de Tainha do Litoral do Paraná, gerenciado pela Fundação Municipal de Turismo. Durante a festividade, a comunidade receba visitantes de outras localidades, das áreas urbanas, rurais e insulanas. Quando os turistas chegam na comunidade para as festividades, os moradores do Amparo preparam as refeições típicas do lugar, na figura 22 ilustra o momento da preparação do almoço para os visitantes na cozinha comunitária de Amparo, essa atividade vai possibilitando uma estratégia de sobrevivência na comunidade.

FIGURA 22 - PREPARANDO OS PRATOS TÍPICOS DA COMUNIDADE



FONTE: O autor (2017).

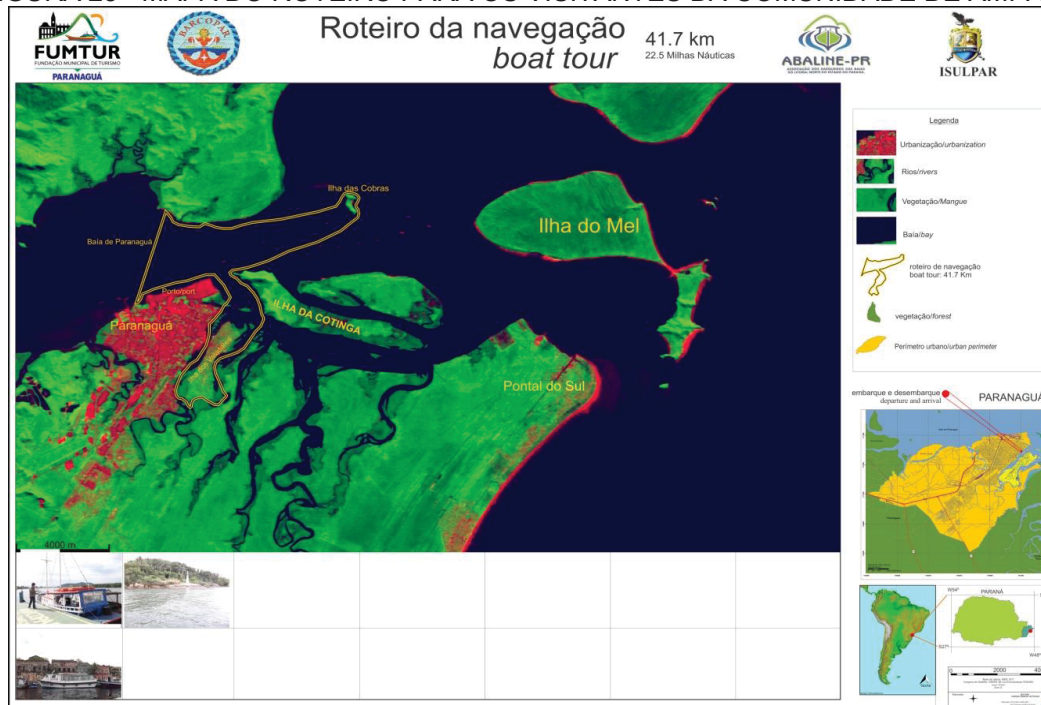
Os moradores da comunidade se mobilizam, dividindo-se em grupos com funções bem definidas. Visando o bom atendimento aos turistas, os pescadores vão para o mar para garantir a matéria prima para os eventos “o camarão e peixe”, que são comercializados de várias formas, processado em forma de diversos pratos típicos na cozinha comunitária.

Nesta perspectiva, foi feita uma parceria entre a Associação de Moradores de Amparo (representando a comunidade) e algumas empresas privadas do município de Paranaguá. A obra de Ostrom deixa claro que o funcionamento da ação coletiva não segue as hipóteses habituais da economia clássica, enfatiza a importância da cooperação e da reciprocidade. Para a autora não haveria cooperação sem reciprocidade. Assim, os atores, em geral, se esforçam para identificar outros atores envolvidos e os consideram como possíveis cooperadores (SABOURIN, 2002). Ostrom considera que a reputação constitui uma dessas informações que motivam a confiança no outro e, portanto, a reciprocidade na cooperação (SABOURIN, 2002, p. 44). Reputação, diga-se aqui tanto junto aos atores locais, quanto junto aos atores externos, governos e instituições públicas e privadas, por meio de parcerias.

Essa parceria, foi feita para construir um mapa de roteiro turístico opcional, com objetivo de vender pacotes turísticos aos funcionários das empresas parceiras do projeto e turistas, assim a Fundação Municipal de Turismo, ABALINE, BARCOPAR, CAGEPAR, ISULPAR e Associação de

Moradores do Amparo definiram o roteiro a ser realizado pelas embarcações, de maneira que o embarque fosse na Praça 29 de Julho (hoje praça Mário Roque) em direção a comunidade de Amparo conforme a figura 23.

FIGURA 23 - MAPA DO ROTEIRO PARA OS VISITANTES DA COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: Prefeitura Municipal de Paranaguá (2011)

Os turistas conhecem um pouco da história e cultura local, como são confeccionadas as cestarias e o artesanato local. O horário do almoço é das 12h às 13h30. No retorno o barco sai do Amparo, contorna a ilha da Cotinha, passando pelo Rio dos Correia, saindo no final da Ilha dos Valadares onde entra no Rio Itiberê e desembarcando no píer na Praça de Eventos no centro de Paranaguá (figura 23), o passeio de barco fica a critério do turista, ele pode ficar na comunidade até as 16:00 horas.

As festividades que são realizadas na comunidade de Amparo oferecem uma nova estratégia de sobrevivência, com a oportunidade de mostrar a beleza do lugar e a forma de trabalho e organização dos moradores da comunidade. Essa é a oportunidade para o morador complementar a renda gerada nas festividades. Isso ocorre principalmente quando a condição do tempo ajuda, ou seja, eles dependem do dia ensolarado a fim de que ocorra tudo certo nas festividades. Quando a condição do tempo é adversa (chuva e ventos) a festa é cancelada, mudando para a semana seguinte, ou então eles cancelam

definitivamente. No caso do cancelamento definitivo, os moradores ficam com o prejuízo de não poderem vender seus produtos.

O território é um espaço da cultura de identidade ou do sentimento de pertencimento e a sua apropriação acontece na conveniência entre o homem e sua cultura, quando o mesmo consegue usufruir oferecendo uma nova estratégia, além de sobrevivência e sim da perdurabilidade dos seus costumes, mostrando que eles são mais do que uma comunidade tradicional inserida numa área que a natureza se faz presente. Assim, diante do desafio que a comunidade de Amparo tem em diversificar a procura pelo turismo de base comunitária, associado ao objetivo de promover o turismo como vetor do desenvolvimento territorial visando a geração de trabalho e divulgação da cultura. Os moradores da comunidade sabem da importância do turismo como estratégia de sobrevivência e por isso, contribuem para o diálogo entre órgãos públicos e privados sobre o tema e uma iniciativa de política pública com o fomento às iniciativas de turismo de base comunitária. Neste caso, a organização voltada para um desenvolvimento territorial sustentável encontra a conveniência do saber local.

FIGURA 24 –ALMOÇO NA COMUNIDADE DE AMPARO.



FONTE: O autor (2017)

5.1.4 O TERRITÓRIO NA GESTÃO DE RECURSOS DE USO COMUM NA COMUNIDADE DE AMPARO

Em pleno século XXI, bilhões de pessoas ainda vivem à margem de serviços públicos básicos e fundamentais, como os relacionados ao saneamento, o que inclui, no mínimo, o acesso a água potável, a serviços de coleta, tratamento e disposição final de esgoto e resíduos sólidos, além do manejo de águas pluviais (CEZARINA, 2015). Aproximadamente 2 bilhões de pessoas enfrentam escassez de água e 900 milhões ainda não têm acesso à água com qualidade adequada para consumo humano (CEZARINA, 2015).

O sistema de abastecimento de água (figura 25) na comunidade de Amparo é de nascente superficial, rio de água doce, a barragem fica distante da comunidade mais ou menos 2 quilômetros.

FIGURA 25 - BARRAGEM CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA COMUNIDADE



FONTE: O autor (2015).

O Micro-Sistema de abastecimento de água possui um reservatório apoiado, com capacidade para 50m³ de água. Os filtros são primários, esses localizam-se na barragem do Rio Timerim próximo da comunidade. O Microsistema foi construído em 1993, projetado para atender uma população de 350 pessoas.

O tratamento de água é executado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, por meio de um funcionário local que recebe orientações técnicas do técnico de Saneamento da mesma. As figuras 25 e 26 ilustram o reservatório de água da comunidade de Amparo.

Tendo em vista o crescimento populacional na comunidade, o sistema de captação de água foi ampliado no ano de 2003, o reservatório de água fica próximo da escola. O material utilizado na construção do sistema foi adquirido por meio de parceria com a SANEPAR, EMATER e Prefeitura Municipal de Paranaguá, e a mão-de-obra ficou sob a responsabilidade da Associação dos Moradores de Amparo.

De acordo com os dados coletados, a Comunidade do Amparo apresentou um crescimento populacional nos últimos anos. O número de moradores aumentou e o abastecimento de água comunitário construído na década de 90 já não consegue suprir as necessidades de todas as famílias e turistas. Na década de 1990 a população era de 363 habitantes e no ano de 2005 havia uma população de 556 moradores, na coleta de dados no ano de 2017 houve uma contagem de 624 habitantes na comunidade de Amparo.

Com o aumento do número de moradores na comunidade de Amparo, o sistema de distribuição de água não consegue atender a demanda para consumo dos moradores e turistas conforme planejado. Com isso o sistema de distribuição de água apresenta um déficit atual no seu abastecimento. Sendo que nos finais de semana com a chegada dos turistas, o número de pessoas na comunidade pode chegar a mais de 800 pessoas. Com o sistema pressionado pelo aumento da demanda de água em função do aumento do consumo, uma característica do abastecimento dessa região é também seu baixo nível de captação hídrica em função da ausência de regularização dos seus principais rios e de episódios recorrentes de aumento populacional nos últimos anos. Isso faz com que os moradores e visitantes não consigam consumir água do sistema, neste caso, algumas residências buscam auxílio do poço artesiano, com o intuito de não deixar faltar água, tanto para os moradores como para os visitantes. O abastecimento de água na comunidade de Amparo, apresenta-se como um dos elementos chave para a continuação das atividades na comunidade.

Das 153 famílias, todas recebem água tratada e 131 famílias possuem fossas sépticas e sumidouros. Os sumidouros que tem nas casas da

comunidade, é um buraco cavado no solo, que recebe o esgoto da fossa séptica. A parede do sumidouro tem anéis de concreto com furos, de alvenaria, de tijolo furado ou tijolo comum com junta livre. Essas frestas servem para possibilitar a saída do esgoto e a infiltração no terreno. As fossas sépticas utilizadas são parecidas com a da escola conforme figura 27. Algumas residências possuem fossas sépticas e poço morto, e as residências que não possuem fossas sépticas, lançam os esgotos domésticos nos pequenos córregos existentes.

FIGURA 26 - RESERVATÓRIO ELEVADO COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O autor (2015).

FIGURA 27 - FOSSA SÉPTICA DA ESCOLA DA COMUNIDADE



FONTE: O autor (2016)

Hoje no Brasil, os Padrões de Potabilidade em todo o território nacional, a Portaria 2.914 de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde. Essa Portaria recomenda que o valor do pH da água destinada ao consumo humano e fornecida pela rede pública de abastecimento esteja na faixa entre 6.0 a 9.5. A cor é um parâmetro de aspecto estético de aceitação ou rejeição do produto. De acordo com a Portaria, o valor máximo permissível de cor na água distribuída é de 15,0 U.C (Unidade de Cor). Quanto a turbidez é um parâmetro de aspecto estético de aceitação ou rejeição do produto, e o valor máximo permitido de turbidez na água distribuída é de 5,0 NTU (Unidade Nefelométrica de Turbidez). Dois parâmetros, a cor e a turbidez são indicadores da qualidade da água e que estão inter-relacionados.

A cor é geralmente um indicador da presença de metais (Fe, Mn), húmus (matéria orgânica oriunda da degradação de matéria de origem vegetal), plâncton (conjunto de plantas e animais microscópicos em suspensão nas águas) dentre outras substâncias dissolvidas na água. A turbidez é um parâmetro indicador da possível presença de argila, silt, substâncias orgânicas (Ex: húmus) ou inorgânicas (Ex: óxidos) finamente divididas, plâncton e algas. Indicando, por exemplo, o risco de entupimentos de filtros e tubulações.

A presença de ferro (e manganês), dependendo das concentrações, pode propiciar uma coloração amarelada e turva à água, acarretando ainda um sabor amargo e adstringente, podendo levar o consumidor a buscar fontes alternativas e não tão seguras para consumo, quando da presença desses metais. O valor máximo permitido de ferro permitido na água é cerca de 0,3 mg/L. Os sais ferrosos, bastante solúveis em água, são facilmente oxidados e formam hidróxidos férricos que tendem a flocular e depositar-se. O volume máximo de manganês permitido na água potável conforme a portaria 2.914/2011 é de 0,1 mg/L.

Para tanto, foram coletadas amostras de água na rede de distribuição de água e na saída do reservatório. A figura 28 é referente ao local onde foi coletada a amostra 1, água ¹¹*in natura* da rede de adução entre a captação/barragem e o reservatório sem tratamento prévio. A água é coletada diretamente do rio sem ter entrado na caixa da água do sistema de distribuição da comunidade, este rio

¹¹A expressão *in natura* utilizada é uma locução latina que significa na natureza, da mesma natureza.

é de água corrente e o encanamento feito pelos moradores para conduzir a água direto ao sistema de distribuição.

FIGURA 28 – BARRAGEM E RESERVATÓRIO SEM TRATAMENTO PRÉVIO



FONTE: O Autor (2017)

A água que abastece as residências da comunidade de Amparo é captada de um rio superficial de água doce, e representa a área da nascente do curso d'água, portanto sua cabeceira. Essa região é a área mais preservada da comunidade, a cobertura vegetal é importante no contexto onde a barragem está inserida, já que está serve como captação de água para consumo humano.

FIGURA 29 – SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O Autor (2017)

O sistema de distribuição de água da comunidade de Amparo atende todos os moradores, e a água coletada da amostra 2, foi retirado do sistema de distribuição da comunidade que passa por um tratamento seguindo normas técnicas de saneamentos, conforme a figura 29. No entanto, quando a água chega no sistema de distribuição, com intuito de atender as residências da comunidade, esse sistema se encontra no local mais densamente povoado e apresentando um alto índice de residências e construção no entorno, com todas as casas ali existentes, pouca cobertura vegetal não nativa, ou seja, as áreas verdes que podem ser encontradas nessa região de uso e ocupação do solo são compostas por terrenos vazios, que ainda não foram preenchidos com construções. Essa área, onde a população se concentra, comporta residências e remanescente de vegetação nativa e contém todos os tipos de ocupações que representam o uso e ocupação do solo da comunidade de Amparo.

Por isso, foi analisado o estado da água do sistema de abastecimento da comunidade que atende todos os moradores, abaixo as tabela 4,5 e 6 ilustram a situação da água na comunidade de Amparo, de acordo com os resultados das análises feitas no laboratório da SANEPAR.

TABELA 4 - RESULTADO DA ANÁLISE DA ÁGUA DA COMUNIDADE

INOCULAÇÃO: 12:00 H DATA 16/08/2017		
DIA NUBLADO		
	Amostra da 1	Amostra 2
PH	9,4	7,5
COR	105	10
TURBIDEZ	9,5	0,3
Fe	0,21	0,2
Mn	0,13	0,7
Al	0,15	0, 1
Coliformes totais	Ausência	-
E Coli	Ausência	-

FONTE: SANEPAR (2017). Adaptado pelo Autor (2017).

TABELA 5 - RESULTADO DA ANÁLISE DA ÁGUA DA COMUNIDADE

INOCULAÇÃO: 15:50 H DATA 20/09/2017		
DIA ENSOLARADO		
	Amostra 1	Amostra 2
PH	9,2	7,1
COR	12,5	10,0
TURBIDEZ	12,5	0,69
Fe	0,24	0,04
Mn	0,14	0
Al	0,11	0
Coliformes totais	Ausência	-
E Coli	Ausência	-

FONTE: SANEPAR (2017). Adaptado pelo Autor (2017).

TABELA 6 - RESULTADO DA ANÁLISE DA ÁGUA DA COMUNIDADE

INOCULAÇÃO: 12:00 H DATA 11/10/2017		
DIA ENSOLARADO		
	Amostra da 1	Amostra 2
PH	9,2	8,1
COR	115	15
TURBIDEZ	7,5	0,2
Fe	0,14	0,3
Mn	0,14	0,1
Al	0,11	0, 4
Coliformes totais	Ausência	-
E Coli	Ausência	-

FONTE: SANEPAR (2017). Adaptado pelo Autor (2017).

As amostras foram coletadas no período de agosto a outubro do ano de 2017. Os resultados parciais relatados nas tabelas 4, 5 e 6. Ao analisar as amostras coletadas no período estudado, constatou-se a presença de coliformes totais e E. Coli na água *in natura*, no entanto, na água tratada na saída do reservatório, onde é adicionado o hipoclorito de sódio a 12%, verificamos a ausência de coliformes totais e E. Coli. Fato que evidencia a eficiência do tratamento. Porém, para os ensaios de pH, Cor, Turbidez, Fe, Mn e Al houve aumento nos parâmetros se comparados com a amostra 2 água *in natura*. Acredita-se que este fato pode estar relacionado à falta de limpeza nos reservatórios, tendo em vista que de acordo com as informações dos

responsáveis pela operação e manutenção do sistema, a limpeza do reservatório será executada no mês de dezembro do ano de 2017.

Porém, vale salientar que os resultados parciais mostram que de acordo com o Ministério da Saúde, a água distribuída na comunidade de Amparo é considerada própria para o consumo humano. Por isso, o conhecimento sobre o sistema de distribuição e a qualidade dos cursos de água de uma comunidade é de extrema importância, uma vez que a partir dessas informações é possível inferir sobre as condições da água utilizada pelos moradores.

Durante a coleta dos dados observou-se que a comunidade apresentou crescimento populacional nos últimos 20 anos, porém não recebeu infraestrutura de acordo com a necessidade, e com isto, os esgotos são lançados a céu aberto (figura 30), e o sistema de abastecimento de água em períodos de estiagem prolongada, e/ou em época de festa, torna ineficiente em alguns momentos, sendo necessário o racionamento da água em horários do dia para que não falte água durante o período de maior consumo. A população espera que sejam feitos novos investimentos o mais rápido possível, para melhorar a qualidade de vida da população e das pessoas que visitam a comunidade.

FIGURA 30 – ESGOTA A CÉU ABERTO NA COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O autor (2017).

Com a intenção de preservar o recurso hídrico e amenizar o desperdício do recurso, seja para captação, consumo, derivação ou para transporte a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na comunidade de Amparo - um mecanismo adotado por meio de aprovação em Assembleia ordinária dos moradores é a cobrança de uma taxa pela utilização da água. Voltado a dar manutenção no sistema de distribuição do recurso hídrico, serviços e obras de proteção, conservação e recuperação dos recursos a cobrança pelo uso está respaldada na ata da Assembleia ordinária realizada com todos os moradores, que prevê uma taxa de R\$ 3,00 reais pelo uso comum das águas. Assim, a cobrança é um valor simbólico, fixado a partir de pacto estabelecido entre os moradores da comunidade e a Associação dos Moradores, pela utilização de um bem coletivo. A água sempre foi considerada um recurso natural infinito. No entanto, o crescimento da população no Amparo e da atividade econômica vem exigindo cada vez mais das reservas, que são finitas. Desta forma, o Amparo, começa a sentir necessidade de estabelecer limites ao consumo dos recursos hídricos, bem como identificar todos aqueles que se utilizam desse bem público que começa a se tornar escasso em alguns dias da semana. Segundo os moradores, acredita-se, que esse é o caminho certo a ser seguido na comunidade, colocando em evidência a importância da reciprocidade na comunidade. O desenvolvimento direcionado para a qualidade de vida e bem-estar, assim como para a sustentabilidade, vai muito além do crescimento econômico ou do consumo.

A expressão da qualidade de vida e de saúde de uma população é, portanto, decorrência das relações entre processo de desenvolvimento de uma sociedade e o ambiente. Sendo assim, a simples disponibilidade de um sistema de abastecimento de água, uma obra isolada ou um serviço no território, apesar de necessário, não garante sua efetiva utilização, caso não atenda o bem-estar dos moradores da comunidade. Muitas das vezes, a busca da equidade territorial vai decorrer dos interesses que os moradores apresentam a fim de amenizar os problemas socioespaciais, para que haja um equilíbrio de acordo com as reais necessidades do morador.

A regra prática para a gestão dos recursos hídricos na comunidade de Amparo é inclusiva, com a participação dos atores sociais primário, secundário e externos. Esta prática ocorre de várias formas com o objetivo de melhorar e

aumentar a efetividade do sistema de distribuição de água. Por outro lado, a qualidade de vida vai depender do modo como a comunidade vai se organizar no território. O grau de controle que os tomadores de decisão nas instituições formais e informais detêm sobre os recursos em questão. Por isso, a regra prática de gestão dos recursos na comunidade, faz com que os atores se unam para compartilhar informações e seus objetivos sejam realmente atingido em prol da comunidade. No quadro 1, a ideia é categorizar os atores sociais da comunidade, como fazem parte de diferentes níveis, e são importantes para as tomadas de decisão e podem influenciar os resultados das decisões, a identificação dos atores sociais envolvidos no sistema de gestão e estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo, ficou categorizado em: primários, secundários e externos conforme o quadro 1.

QUADRO 1 – CATEGORIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE DE AMPARO

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
PRIMÁRIOS	Têm grande influência na estratégia de sobrevivência e uso dos recursos naturais; a estratégia de sobrevivência na comunidade vai de acordo com o que o território lhe proporciona; os moradores decidem como utilizam o recurso natural existente na comunidade. Ex. Moradores da Comunidade; Associação de Moradores.
SECUNDÁRIOS	Delimitam onde a comunidade pode extrair os recursos naturais para sobrevivência; são responsáveis pelo cumprimento da lei, o bem-estar da comunidade não é prioridade. Ex. Órgãos públicos (Governamental como por exemplo: IAP, IBAMA, Secretaria de meio ambiente; Polícia Ambiental).
EXTERNOS	Exerce grande influência sobre a vida dos moradores da comunidade; Com grande participação dos moradores, a estratégia de sobrevivência na comunidade não é prioridade deles; Ex. As Igrejas (Católica e Evangélica, órgãos não governamentais)

FONTE: O autor (2017).

Ao analisar as reais necessidades do morador da comunidade e quem deve ser incluído na regra prática para a gestão dos recursos hídricos, a categoria de atores sociais primário, secundário e externos, dá aos diferentes atores sociais a oportunidade de desenvolver suas ideias e trabalharem juntos, com o intuito de envolver todos na tomada de decisão sobre a gestão dos recursos hídricos na comunidade. Por isso, suas posições devem ser reconhecidas e respeitadas, conforme quadro 2.

QUADRO 2 – REGRA PRÁTICA PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO AMPARO

CATEGORIAS DE ATORES SOCIAIS	REGRA PRÁTICA
PRIMÁRIO	A Associação de Moradores organiza e distribui funções para cada morador; São os moradores incumbidos de manter o sistema funcionando; Eles participam do processo e são os maiores interessados.
SECUNDÁRIO	São os órgãos oficiais responsáveis pela fiscalização na comunidade e a empresa que faz a manutenção no sistema de água da comunidade. EX: IBAMA; IAP; CAGEPAR
EXTERNOS	São as igrejas: católica e evangélica inseridas na comunidade, e os turistas. A presença deles pode representar uma maior cobrança aos atores sociais, e isso vai fazer com que trabalhem juntos em prol da comunidade.

FONTE: O autor (2017).

Dessa forma, as diferentes funções dos atores sociais inseridos na comunidade onde eles vivem, com vista ao desenvolvimento territorial sustentável, para o estímulo à economia e para a promoção de alternativas adequadas para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Identificando diferentes níveis de participação e a sua natureza, todos eles, devem ser considerados quando se trata de análise *trade-off*. Dessa maneira, entender a utilização do território como uma estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo, nos fez perceber que o território, a gestão dos recursos naturais e o uso e ocupação do solo, são fatores econômicos, culturais e naturais muito ligados à conquista de autonomia e ao desenvolvimento territorial sustentável com mais equidade social. A partir de iniciativas dos moradores por meio de solidariedade e união de cada morador.

Em face dos desafios quanto ao uso e ocupação da área pela comunidade, tem-se a necessidade de formular propostas de gestão integrada participativa adequada para a comunidade de Amparo, e a preservação das Áreas de Proteção Ambiental, visto que isso deve emergir como uma questão central na Comunidade.

5.1.5 OS RECURSOS DE USO COMUNS COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA COMUNIDADE DE AMPARO

Baseadas apenas nas regras da comunidade e nas relações de reciprocidade entre os moradores, a pesquisa na comunidade fez emergir a necessidade de uma reflexão central sobre a gestão participativa e a reciprocidade na utilização dos recursos de uso comum na comunidade de Amparo como estratégia de sobrevivência.

A questão da reciprocidade também é referenciada por Leff (2009), no que tange a gestão dos recursos comuns:

O bom governo dos bens comuns tem por condição uma definição clara dos direitos de acesso direto e indireto aos recursos e sua tradução na construção de poderes locais comunitários sobre áreas demarcadas do território. [...] Uma das regras para o bom manejo dos bens de propriedade comum é a estabilidade demográfica e a integração da população aos programas de manejo sustentável. Da organização da produção depende que o aumento populacional se converta em um problema relevante que pressione sobre a sustentabilidade de uso dos recursos para aumentar as quotas de aproveitamento do recurso, chegando ao limite da capacidade de coletar sustentavelmente. Igualmente, a gestão social da empresa comunal será determinante para o êxito de seu processo de sustentabilidade, onde têm um papel preponderante as regulações internas das comunidades tradicionais para o manejo de distintos recursos (água, fauna, lenha, madeira para construção), baseados em códigos míticos “de castigo” para os que rompem as regras baseadas na reciprocidade (LEFF, 2009, p. 398).

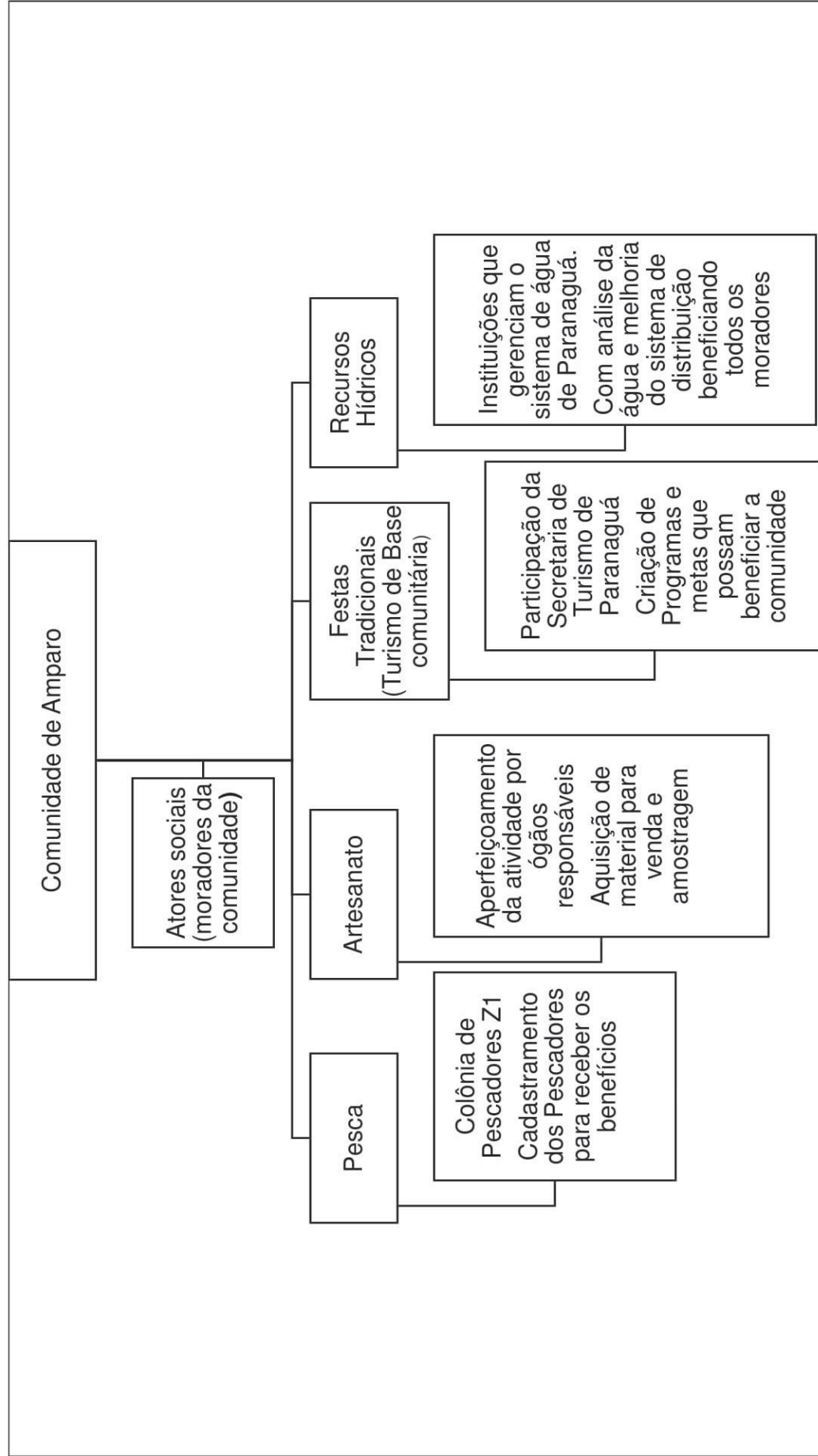
Portanto, tanto Ostrom quanto Leff ao analisarem dinâmicas produtivas comunitárias juntos aos recursos comuns, observaram a importância de elementos que já foram enfatizados pelos teóricos do desenvolvimento territorial. Dentro desse espectro analítico Sabourin (2002) corrobora com a ideia de Ostrom de que as políticas sejam adaptadas em função da proporção ou da densidade de indivíduos “reciprocitários” ou egoístas e que tais políticas contemplem a inserção dos saberes tradicionais na estratégia de sobrevivência.

Os recursos de uso comum na comunidade de Amparo, podem ser definidos como uma classe de recursos para a qual a exclusão de usuários potenciais é difícil e/ou custosa e o uso por um determinado usuário reduz a disponibilidade dos recursos para outros usuários (Feeny et al., Ostrom et al 1994). Neste caso, a diversidade sócio-cultural das populações que os exploram geram desafios para uma estratégia de sobrevivência, bem com a sua gestão e conservação dos recursos naturais. Para que a gestão do recurso natural seja

integrativa e participativa, é necessário diálogo participativo dos atores envolvidos para capacitá-los a deliberarem e discutirem a questão da gestão dos recursos.

De acordo com a figura 31, a forma de participação dos moradores na comunidade de Amparo é a forma de gestão participativa, ou seja, os moradores participam, mostrando que as práticas de sobrevivência: pesca, artesanato, as festas tradicionais e os recursos hídricos disponíveis na comunidade, constituem-se em elementos centrais para a permanência dos moradores na comunidade. Entretanto, o nível desejado de comprometimento é aquele em que todos participam, não só a comunidade, mas os tomadores de decisões, a seguir a figura 31 ilustra as formas de participação na comunidade de Amparo e a possível colaboração dos diversos atores na gestão participativa de acordo com o modelo *trade-off* (POLICARPO e SANTOS, 2008).

FIGURA 31 – FORMA DE PARTICIPAÇÃO MODELO TRADE-OFF EM AMPARO



FONTE: O autor (2017)

Na figura 31, a forma de participação utilizando o modelo *trade-off*, o pescador vai precisar dialogar com a Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá, a fim de que haja um cadastramento dos pescadores com a intenção de assegurar os benefícios que lhes são de direito, como por exemplo: aposentadoria, indenização, seguro pescador em caso de morte entre outros. No caso de quem faz o artesanato, o mesmo seria inserido no aperfeiçoamento a atividade por um órgão competente, pois o artesão é um importante agente de produção nas áreas cultural e econômica, gerando empregos e contribuindo para a identidade da comunidade. Em busca da valorização do trabalhador, a forma de participação conta com diversas ferramentas que ajudam no desenvolvimento do trabalho, na capacitação e na divulgação dos materiais.

Nas festas tradicionais ou o turismo de base comunitária na comunidade de Amparo, a participação da Secretaria de Turismo de Paranaguá criando programas e metas, com o intuito de beneficiar a comunidade de Amparo, bem como finalidade coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar a cultura local, elevando seu nível cultural, profissional, social, bem como desenvolver e promover o turismo de base comunitária no viés do desenvolvimento territorial sustentável.

Quanto a utilização dos recursos hídricos na comunidade de Amparo, esta ficaria sob a responsabilidade da empresa que gerencia o abastecimento de água do perímetro urbano de Paranaguá. Com análises constantes da qualidade da água e fazendo manutenção no sistema de distribuição de água da comunidade. Assim, a forma de participação *trade-off* na gestão dos recursos de uso comum na comunidade de Amparo, requer um planejamento territorial sustentável e o processo de mobilização dos grupos sociais conforme o modelo da figura 31. Nesta perspectiva, uma forma de participação na gestão integrada na utilização dos recursos de uso comum, pode nos encaminhar não apenas ao questionamento de certas técnicas de utilização do recurso, mas na compreensão das transformações das condições de vida dos moradores da comunidade. Uma participação e gestão dos recursos de uso comum, nos estimulam a compreender o processo do desenvolvimento territorial sustentável a ser aplicado na comunidade.

As formas de participação compartilhadas, o conhecimento comum e as regras entre os que se apropriam do recurso natural ao longo do tempo, seriam

assim, a forma de gestão integrada com as quais eles podem construir arranjos institucionais para resolver problemas quanto a utilização dos recursos de uso comum. Ou seja, as regras formais e informais são aspectos importantes para a ação coletiva, visto que são as prescrições que especificam quais ações ou resultados são requeridos, proibidos ou permitidos, e as sanções autorizadas caso as regras não sejam seguidas (OSTROM et al., 1994, p. 38).

Ostrom expõe que muitas comunidades com conhecimentos técnicos e avançados, desenvolveram intuitivamente, ao longo dos tempos, processos de governança participativa, cooperativa e democrática, criando acordos, regras e associações que permitem o uso eficiente e sustentável de recursos de bem comum (SIMÕES, et al. 2011, p. 13). Na figura 32, temos a ideia de como a comunidade de Amparo se movimenta no território, como se organiza, a fim de manter suas raízes históricas e familiares a partir das relações com o meio físico e suas variações. A estratégia de sobrevivência escolhida pelos moradores como: a pesca, o artesanato, e as festas tradicionais, fizeram com que os moradores da comunidade permanecessem na comunidade. Isso construiu uma relação de sobrevivência/reciprocidade das relações dos moradores em seu próprio território.

FIGURA 32 – ESTRATÉGIA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS COMUM NO AMPARO



FONTE: O autor (2017)

Em suma, apresentaremos a seguir as principais contribuições na utilização dos recursos comuns, a compreensão dessas dinâmicas locais de desenvolvimento, com o intuito de elencar os conceitos abordados e a sua contribuição para a pesquisa. Sabendo que o desenvolvimento é associado a uma ideia de progresso em que a ampliação de riquezas materiais e geração de bem-estar e conforto levariam à satisfação das necessidades humanas (BETTI e DENARDIN, 2013). Neste caso, Ostrom observando as comunidades verificou que, aquelas que são capazes de obter sucesso de longo prazo no manejo dos recursos, apresentam no seu comportamento alguns princípios. Este conjunto de princípios, para obter o bem coletivo, deve abordar também um conjunto de problemas comuns, neste caso o quadro 3, ilustra os conflitos decorrentes do uso do recurso natural como estratégia de sobrevivência.

QUADRO 3 – CONFLITOS DECORRENTES DO USO DO RECURSO NATURAL

SITUAÇÃO	NATUREZA DO CONFLITO	OBSERVAÇÕES
Os moradores da comunidade de Amparo, estão utilizando o território para atender suas necessidades de sobrevivência.	Por ser uma área de proteção ambiental, há um conflito entre as necessidades da comunidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. Por exemplo a produção agrícola de subsistência.	Os moradores sentem o pertencimento do local ao utilizarem os recursos naturais. E sabem o que podem utilizar apenas para sobrevivência.
A pesca, o artesanato e as festas tradicionais são as principais atividades.	Conflito entre os órgãos de fiscalização ambiental e a atividade de sobrevivência dos moradores da comunidade. Há normas que dificultam a utilização de certos equipamentos de pesca.	Os moradores sentem dificuldade quando o IAP, IBAMA. POLÍCIA AMBIENTAL fazem a fiscalização e prendem suas redes.
Tendo por objetivo a conservação do território onde a comunidade está. O uso sustentável pela comunidade como benefícios para as festas tradicionais.	Conflito na hora de trazer os turistas ou realizar um evento na comunidade. Há uma burocracia quanto a utilização do território. Há precariedade na infraestrutura, dificultando o atendimento com qualidade aos moradores e também aos turistas.	Pensando nas festas tradicionais e no bem-estar dos moradores a comunidade necessita de infraestrutura para atender os turistas.
O sistema de distribuição de água da comunidade já não atende à demanda dos moradores.	Os conflitos pelo uso da água são diversos e o que mais chama atenção, é a falta de manutenção e controle da qualidade da água na comunidade. Visto que o número de moradores aumentou nos últimos anos.	A prefeitura cede um técnico em Saneamento para cuidar do sistema. Porém, quando o técnico não vai na comunidade fazer a manutenção. O morador coloca os produtos de tratamento na água. E faz a manutenção do sistema.

FONTE: O autor (2017)

Os conflitos decorrentes do uso do recurso natural conforme o quadro 3, pode-se compreendê-lo melhor, que tais formas designam situações nas quais os moradores da comunidade de Amparo enfrentam no seu dia a dia. A utilização do uso comum de recursos, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem a comunidade. O território funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável. Os moradores desenvolverem suas atividades pesqueiras, os artesanatos e as festividades tradicionais com certo sucesso. O sucesso significa a existência do grupo e o não desaparecimento do recurso. Ostrom et al (2013) destaca que a estrutura física de cada recurso terá um impacto importante sobre as estratégias do grupo e de seus resultados. Assim, um conjunto de regras utilizadas em um ambiente físico pode ter consequências extremamente diferentes se usadas num ambiente diferente.

As peculiaridades de cada grupo, sejam físicas ou culturais impedem generalizações. Segundo a economista, a forma para se chegar à resolução do conflito na gestão dos recursos comuns é por meio da organização e da cooperação entre indivíduo ou instituições que precisam utilizar os mesmos recursos e que estão empenhados em fazê-lo de uma forma sustentável, respeitando o tempo de reposição da natureza. É possível identificar diferentes interesses em jogo quando se trata de uma área de preservação ambiental onde os moradores que ali estão, utilizam os recursos para sobrevivência e uso de todos. Neste caso, citaremos os princípios da utilização dos recursos na comunidade de Amparo. Segundo Ostrom, os princípios de uso comum são esses:

i) Limites bem definidos

A comunidade de Amparo está inserida na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba que está localizada na porção norte da Microrregião do Litoral Paranaense, a APA engloba o Município de Guaraqueçaba e parte dos Municípios de Antonina e Paranaguá, e uma pequena área do município de Campina Grande do Sul, no Primeiro Planalto Paranaense. A APA compreende uma superfície de cerca de 303.000 hectares. Há um sistema de abastecimento de água de nascente superficial, o rio é de água doce, a barragem está localizada

a 2 km da comunidade, localiza-se na barragem do Rio Timerim próximo a Comunidade. O microssistema foi projetado no ano de 1990 para atender uma população de 350 habitantes. Sob a égide da comunidade de Amparo, cabe ressaltar que o morador da comunidade sabe os limites da proteção ambiental estipulada por lei. De modo que há um respeito do morador com o lugar onde tira o sustento da família. Neste caso 66% dos moradores da comunidade são pescadores. No estudo elaborado por Caldeira, Mafra e Malheiros (2016), ao todo, o conjunto de instrumentos normativos estabelece aproximadamente 71 normas para as práticas de pesca e extração de recursos do mar. Caso o pescador não esteja enquadrado em uma das 71 normativas os fiscais vão nas canoas apreender o material de pesca do morador, causando um certo conflito. Pois, os moradores da comunidade, independente das normativas estabelecidas pelos órgãos competentes, alegam que cada pescador sabe os limites das áreas onde podem tirar seu sustento, tanto individualmente como coletivamente, de modo que não há entre os moradores conflitos pela utilização da área. Por outro lado, os órgãos fiscalizadores apenas desenvolvem suas funções que é o de fiscalizar.

ii) Equivalência entre custo benefício

Por se tratar de uma comunidade com biótipo pesqueiro, sem limites impostos por cercas ou muros, todos os moradores da comunidade têm direito ao acesso do território de forma coletiva. Tanto para exercer a atividade pesqueira como utilizar o recurso hídrico que abastece a comunidade. Esses moradores, acreditam que este é o único meio de sobrevivência que eles podem encontrar. Pois, assim eles vão vivendo na comunidade, e fazendo dela o meio de sobrevivência.

FIGURA 33 – NASCENTE DO RIO QUE ABASTECE DE ÁGUA A COMUNIDADE DE AMPARO



FONTE: O autor (2017)

Todos os moradores da comunidade têm direito ao uso do recurso, que por meio de um sistema de distribuição de água atende todos os moradores. Na comunidade todos tem o mesmo direito e deveres, os bens essenciais como recurso hídrico é direito de todos. Como é um valor simbólico, quase todos os moradores pagam a taxa de consumo da água. Caso o morador não possa contribuir financeiramente, é realizada uma reunião com o morador com o objetivo de achar uma função para o morador desenvolver na comunidade, afim de colaborar para o pagamento da utilização do recurso. Ou seja, todos contribuem direta ou indiretamente e todos participam.

iii) Acordos de escolha coletiva

As regras e os acordos estabelecidos na comunidade de Amparo, são firmados em Assembleias dos moradores intermediada pela Associação de Moradores da Comunidade de Amparo, sob responsabilidade do seu presidente. A reunião na comunidade de Amparo é ordinária, é feita uma vez por mês.

O presidente da Associação junto com os membros da diretoria, todos eleitos na assembleia feita pela comunidade. Tem poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios de interesse da comunidade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da comunidade, autorizado o uso do nome da comunidade de Amparo isoladamente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos moradores ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da comunidade, sem autorização dos moradores da comunidade. Assim, qualquer decisão que possa ser tomada, o presidente convoca os moradores e avisa sobre o tema debatido na reunião. Se isso pode interferir direta ou indiretamente nas ações da comunidade. Após a comunidade estar ciente, as decisões são fechadas para o bem-estar comum dos moradores.

iv) Monitoramento

A Associação dos Moradores da Comunidade, cuida do sistema de distribuição de água. Os responsáveis pela Associação dos moradores, deixam uma pessoa responsável pela manutenção e caso haja um incidente, ela vai ver o que aconteceu. O presidente da Associação, e mais quatro moradores, formam

uma equipe de observação do sistema de distribuição de água. Se a água está sendo distribuída para todos os moradores. Tem um morador que cuida da parte do tratamento da água, ele coloca os produtos para o devido tratamento. Devido a mudanças no quadro político do município, e pela ausência do técnico de saneamento responsável pela qualidade da água do sistema. A comunidade começou a usar recursos do seu caixa financeiro, para fazer as devidas manutenções no sistema de distribuição de água.

v) Sanções graduadas

As sanções vão depender das atitudes que o morador ocasionar. Geralmente o responsável pela Associação do Moradores chama o infrator e tem uma conversa com ele, para que não faça mais o ato que ele praticou. Em caso de reincidência ele é chamado para uma reunião com os moradores da comunidade, afim de explicar o motivo de ter praticado tal ato de forma repetida. Caso ele continue em insistir na desordem, a água que vai pra sua residência é cortada. E posteriormente é convidado a se retirar da comunidade.

vii) Mecanismos de resolução de conflitos

A resolução dos conflitos internos é feita via Associação de Moradores da Comunidade de Amparo. Desde que passaram a se apropriar do território não houve conflitos externos. No caso abordado, os moradores da comunidade de Amparo abre mão da cooperação de recursos financeiros dos usuários que de fato não podem contribuir no pagamento da taxa. Na afirmativa de Ostrom, quanto a prática na comunidade de Amparo, mostra que para eles o importante é garantir a distribuição dos recursos hídricos para todos.

vii) Reconhecimento mínimo dos direitos

A Comunidade de Amparo, é reconhecida pelo Estado, pelo Município. Tendo na Associação de Moradores, uma grande representação, sendo ela que representa os interesses dos moradores da comunidade. E ao mesmo tempo que a comunidade é reconhecida pelo Estado, o mesmo age com normas e diretrizes, muitas das vezes prejudicando os moradores dessa comunidade, tentando interferir no direito dos moradores ao uso da terra.

viii) Empreendimentos aninhados

A comunidade de Amparo, na esfera local, tem na sua presidência, representada pelos moradores e membros da Associações de Moradores da Comunidade de Amparo. Embora o presidente tenha poderes em representar a

comunidade, uma das mais importantes lutas empreendidas é por uma boa gestão dos recursos hídricos da comunidade. Assim, há uma solidariedade na luta da comunidade de Amparo. Com o intuito de não ocasionar sérios problemas futuros quanto ao uso do recurso comum na comunidade, chegando ao ponto da escassez hídrica quanto ao pescado, se não houver ajuda das instituições legais.

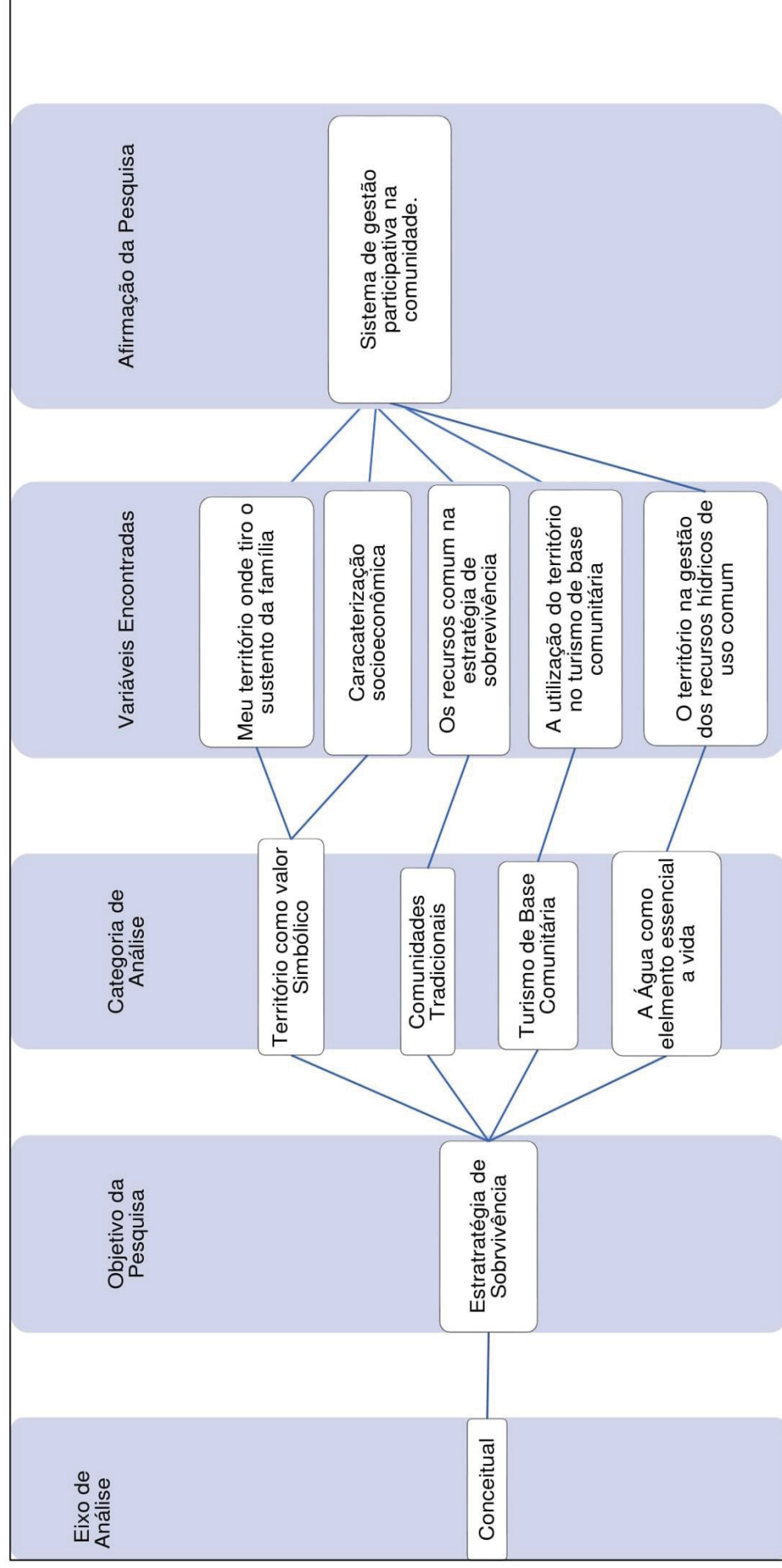
Apesar da ausência de políticas públicas na comunidade, ela representa um caso de sucesso, pois mantém a sustentabilidade de seus recursos através da cooperação entre os seus moradores, mesmo diante de situações tão adversas.

Quando os recursos de uso comum fazem parte de um sistema maior, as atividades do governo devem ser organizadas em múltiplas camadas aninhadas. A comunidade de Amparo por ser de pequena escala, pode ser coerente com as regras para as condições locais, mas as instituições de grande escala também são necessárias para governar as interdependências entre as unidades menores. Os estudos apontam que apesar de terem encontrado muitas práticas coerentes com os princípios, a adesão a cada um desses princípios não é necessária para um manejo bem-sucedido em longo prazo (OSTROM et al, 2011).

Na pesquisa desenvolvida na comunidade de Amparo, observou-se que apesar dos conflitos encontrados, e a probabilidade de escassez dos recursos. Os moradores da comunidade podem realizar a autogestão dos recursos de bens comuns, assim como é referido por Ostrom et al (2013) “A ação coletiva e a monitorização dos problemas tendem a ser resolvido de forma reforçada” (OSTROM et al, 1994). Assim sendo, a utilização dos recursos comuns de grande escala é mais viável na comunidade por se tratar de um grupo pequeno de pessoas. Esta conclusão corrobora a afirmação de Ostrom et al (1994) de que não há um padrão único de solução para o manejo adequado dos recursos ou seja, um modelo que pode ser aplicado e dar certo em uma comunidade que utilize recursos de uso comum, não necessariamente deverá ser aplicado às outras comunidades, mesmo que façam uso do mesmo recurso.

A seguir, a figura 34 ilustra a síntese de nossa pesquisa, como elemento chave para o entendimento do caminho percorrido.

FIGURA 34 – SÍNTESE DA PESQUISA, PARA O ENTENDIMENTO DO CAMINHO PERCORRIDO



FONTE: O autor (2017)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização sustentável dos recursos naturais como estratégia de sobrevivência, especialmente de recursos pesqueiros, é um grande estímulo que precisa ser desenvolvido a partir da economia convencional e no avanço econômico. Originalmente, ou seja, o homem é pensado a partir da sua relação com o meio físico e social, constituindo uma entidade orgânica institucionalizada nas interações comunitárias.

A necessidade de se ampliar o debate sobre o uso e ocupação do solo na Comunidade de Amparo, tendo como foco da pesquisa o desenvolvimento territorial sustentável. Acrescentemos, também, que hoje a ideia se caracteriza por um modo de vida próprio e uma forma específica de produzir em seu território. Visto que uma das estratégias de sobrevivência da comunidade são as festividades tradicionais e a produção de artesanato. Porém a relação da comunidade com o território passa pela gestão dos recursos de uso comum que permite o provimento das condições de vida coletiva na comunidade. Por isso, ao fazer a abordagem do território como identidade e valor simbólico, foi possível entender o olhar dos moradores para com o seu território. E como a comunidade contribui para o desenvolvimento territorial sustentável, diante da estratégia de sobrevivência dos moradores.

A partir das contribuições teóricas a respeito das categorias de análise, identificou-se potencialidades que intensificam as relações entre os atores sociais envolvidos na comunidade de Amparo, órgãos públicos e turistas. A comunidade, apresenta grande potencial turístico, e com uma rica biodiversidade, sendo estes fatores preponderantes para entendimento das relações entre seus moradores e o território com seus valores simbólicos e culturais.

Embora a pesquisa tenha mostrado que a comunidade carece de algumas melhorias na infraestrutura como por exemplo: gestão dos recursos hídricos e saneamento que possa atender às necessidades de sua população nativa, os moradores se organizam a fim de desenvolver algo que possa contribuir com o desenvolvimento local, agregando valor à qualidade de vida. Isso é uma estratégia diante de uma necessidade que faz parte da vida dos moradores.

A forma de participação integrada e gestão participativa como estratégia de sobrevivência na comunidade de Amparo, na utilização dos recursos comuns, tem comprovado que é possível que os moradores ajam coletivamente para manejar recursos naturais, de forma compartilhada, por meio da ação coletiva ou de acordos coletivos, e tem constatado a importância da comunicação, da reciprocidade e da confiança na iniciação e manutenção da ação coletiva ou cooperação.

Constatamos que, com o saber da autogestão considerando a natureza, o auxílio recíproco, o pescador artesanal, o trabalho manual do artesão, o conhecimento popular local, as festividades tradicionais, a cooperação do grupo, condição para o viver e produzir. Nesse contexto, para que a estratégia de sobrevivência seja sustentável, trazendo benefícios a essa comunidade, faz-se necessário que os instrumentos existentes possam ser utilizados de forma lógica e racional, considerando as informações de manejo da pesca, artesanato, festa tradicionais e o uso adequado do ambiente que assegure as condições de existência e sobrevivência dos moradores. A proibição das atividades de sobrevivência não garantirá o retorno dos recursos naturais extraídos, e sim através da gestão integrada e participativa que contemple os diferentes interesses de todos os segmentos da sociedade envolvidos nesse tema. Isso implicará na intervenção direta na produção de conhecimento da realidade, no planejamento, na execução, no controle, na avaliação e no redimensionamento das ações a partir das demandas locais. Diante desse contexto, somente se dará de forma efetiva se a participação da comunidade estiver organizada e legitimamente representada por suas organizações nas instâncias de tomada de decisões. É neste contexto que esses grupos constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantém alguma autonomia cultural, social e, consequentemente, a autoestima, fazendo do território o seu lugar de sobrevivência de acordo com suas estratégias de vida ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL. IN: LASTRES, Helena M.M; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L. Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Vols. 28 n°s 1,2, 3 e 29, n°1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em www.abramovay.pro.br Acesso 14 de agosto de 2017.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

Agência Nacional de Água (ANA). A Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. Brasília: ANA, 2002.

ALVIM, Rosilene. Artesanato, Tradição e Mudança Social. Um estudo a partir da arte do ouro de Juazeiro do Norte. In: Ribeiro, Berta et Al. (Orgs) O Artesão Tradicional e seu Papel na Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

AMORIM, Margarete C.C. Trindade. ANÁLISE Ambiental e Qualidade de Vida na Cidade de Presidente Prudente - SP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, dissertação (Mestrado em Geografia), 1993.

ANDRADE, Tânia Maria de. Modelo de Resiliência Sociológica e as suas Contribuições para a geração do desenvolvimento local Sustentável: Validação no contexto Comunitário de Marisqueiras em Pitimbu-PB. Campina Grande, PB: UFCG, 2011.

BARROS, R. T. V. et al. (1995) - Manual de saneamento e proteção para municípios. DESA/UFGM, SEGRAD. Belo Horizonte.

BARROS, Mariluz de Souza Análise dos impactos ambientais decorrentes do processo de uso e ocupação da planície flúvio- lacustre e do entorno da Lagoa da Parangaba. Fortaleza/ Mariluz de Souza Barros. — Fortaleza, 2010.

BENKO, George; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. Geosul, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul/dez. 2001.Site:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006/12841>>. Acessado em 23.12.2016.

BETTI, P.; DENARDIN, V.F. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.176-190.

BOUAMRANE, M.; ANTONA, M. Do ecodesenvolvimento à gestão viável de recursos renováveis: o exemplo das agro-florestas na Indoné- sia. In: P. F. Vieira,

M. A. Ribeiro, R. M. Franco e R. C. Cordeiro (Orgs.). Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BREDARIOL, Celso. Conflito Ambiental e Negociação para Uma Política Local de Meio Ambiente. 2001. 244 f Tese de doutorado em Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2001.

BROWN, K.; TOMPKINS, E. L. ADEGER, W.N. Making Waves: integrating Coastal conservation and development. Earthscan. 2. ed., 2002.

BUARQUE. S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2002.

BUZZATO, A. C. As comunidades locais e os conflitos de uso dos recursos naturais no litoral Sul do estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CALDEIRA, Guilherme Augusto; MAFRA Tiago Vernize e MALHEIROS Humberto Zontini. Limites e possibilidades para a gestão participativa da pesca no litoral do Paraná, sul do Brasil: experiências do Projeto “Nas Malhas da Inclusão”. Revista Desenv. Meio Ambiente, v. 36, p. 331-353, abr. 2016. Acessado em 23/11/2017 no site: <http://revistas.ufpr.br/made/about/submissions>

CANAL, M. R. Monitoramento da qualidade da água da represa do Alagados – Ponta Grossa (PR).UEPG. Ponta Grossa, 2000.

CANDIDO, Gesinaldo Ataíde et al. Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Forma de Aplicação em Contextos Geográficos Diversos Contingenciais Específicas. Campina Grande: UFCG, 2010.

CASTELLS, Manoel. O poder da identidade. Tradução de KlausBrandiniGerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, São Paulo, 2012. Site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142012000100004&script=sci_artt_ext. Acessado em 15.01.2017.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre o território e desenvolvimento territorial. In: A. Cazella, P. Bonnal e R. S. Maluf (Orgs.). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CEZARINA, Maria Nobre Souza et al. Saneamento: Promoção da Saúde, Qualidade de Vida e Sustentabilidade Ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

CHAGAS, Marco Antonio Augusto. Conflitos, Gestão Ambiental e o Discurso do Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Estado do Amapá. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Belém, 2010.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.

COSTA, M. H., et al. Effects of large-scale changes in land cover on the discharge of the Tocantins River, Southeastern Amazonia. *Journal of Hydrology*, 2003.

CUNHA, L. A. G. Os faxinais como territórios sociais. In: I Encontro dos Povos Faxinais, 2005, Irati. Anais. Irati: IAP, 2005 (painel).

DALLABRIDA, V. R. Território. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). *Dicionário do Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento Regional. Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. *Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos*, Passo Fundo: UPF; Ijuí: UNIJUI, 2008.

Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982. Acessado em 25/07/2017. No site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87222.htm

DEUTSCCH, Morton. *The Resolution of Conflict: Constructive and Destructive Processes*. New Haven and London, 1973: Yale University Press. *Revista de Estudo de Arbitragem Mediação e Negociação*. Vol. 2. Acessado em 29 de janeiro de 2016. Site acessado: <http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol2/quinta-parte-resenhas-de-morton-the-resolution-of-conflict-constructive-and-destructive-processes-new-haven-and-london-1973-yale-university-press>.

DIEGUES, Antônio Carlos (org). *Etnoconservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DIEGUES, A. 1998 *Ilhas e Mares, simbolismo e imaginário*, Hucitec/Nupaub, São Paulo.

DIEGUES, A e ARRUDA, R. 2001 *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*, MMA Brasília.

EMATER – Escritório Regional de Paranaguá – 2007.

EMATER – Escritório Regional de Paranaguá – 2006.

EMATER – Escritório Regional de Paranaguá – 2015.

ESTEVEES, Claudio Jesus de Oliveira. Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná – Brasil.

EGLER, C. A. G. 1996. Risco Ambiental como Critério de Gestão do Território. 1996.

FARIA, I.D. O Descompasso e o Piroscópio: Uma Análise dos conflitos socioambientais do projeto de Usina Hidrelétrica Belo Monte. 2004. 420 f. Tese doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2004.

FENNY, D. Frameworks for understanding resource management on the Commons. In: R. S. Pomeroy (Ed.). Community management and common property of coastal fisheries in Asia and the Pacific: concepts, methods and experiences. ICLARM Conf. Proc. 45, 1994.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, Territorialidade e Seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica. Campo Território. Revista de Geografia Agrária, v 9 n° 17, p. 111 – 135, abr., 2014.

FLORES, ShanaSabbado. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A Dimensão Territorial da Sustentabilidade. 2013.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. Cultura e Desenvolvimento e Épocas de Crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GASPARINI, V. A. Repercussões econômicas da utilização incorreta das áreas de mananciais. UFSC. Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado. 2001.

GASPARINI, Bruno. TOLEDO, Adilson d Rosario. Conflitos Socioambientais nas Áreas de Proteção Ambiental do Litoral do Paraná. 2015. Revista Direito e Sustentabilidade, Fz do Iguaçu, Vol. 2 n°3. Julho/Dezembro de 2015.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GOTTMANN, Jean. A Evolução do Conceito de Território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n° 3, 2012.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. Saneamento Básico. 2009.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. Cap. 07, p. 169 a 189.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Dom “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEAL, MÁRCIA SOUZA – Gestão Ambiental dos Recursos Hídricos – Princípios e Aplicações – 1998.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber ambiental. In: BURSZTYN, M. (Org). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, 2000.

_____. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, Complexidade, poder. 3º Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Ecologia, Capital e Cultura: a Territorialização da Racionalidade Ambiental. Vozes: Petrópolis. 2009.

LIMA, Paulo Cezar Vicente et al. Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Produção: Superintendência de Comunicação Integrada – MPMG (Ministério Público de Minas Gerais). Produzido no ano de 2014.

LITTLE, P. E. Os conflitos Socioambientais: Um campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. (Org). A difícil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por Uma Antropologia da Territorialidade. Brasília: DAN/UNB, 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/imagens/doc/Serie322empdf.pdf>> acessado em: 18/05/2017.

MALDONADO, C.. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009

MALHEIROS, H. Z.; Caldeira, G. A.; Mafra, T. V.; Gruntowski, A.; Tavares, D.; Vieira, M. E.; Medeiros, C. L.; Domit, L.; Saupe, A. C.; Rodrigues, L. F.; Castella, P. R.; Saborido, N. C.; Ramos, M.; Fonseca, A. Cartilha da Gestão Participativa da Pesca no Litoral do Paraná. Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2009. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2017.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análises e interpretação de dados/ São Paulo: Atlas, 1999.

MARINI, Matteo; PIERONI, Osvaldo. Relación Entre La Familia y El Entorno Social. Tipología de Las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1987.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio (Org). O espaço da diferença. São Paulo: Papirus, 2000.

MAX-NEEF. M.. La dimension perdida: la inmensidad de la medida humana. Icaria: Barcelona, 2008.

MDA. Marco Referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. SDT/MDA. Série Documentos Institucionais 02. Brasília, maio de 2005.

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). 1º Anuário Brasileiro de Pesca e Aquicultura. 2010. Acessado em 15/07/2017. Site acessado foi: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf

MONTENEGRO, Jorge. Povos e Comunidade Tradicionais, Desenvolvimento e Decolonialidade: Articulando um Discurso Fragmentado. Revista OKARA: Geografia em Debate. V. n.i p. 163-174, 2012. ISSN: 1982-3878. Acessado em 20/02/2017. <http://www.okara.ufpb.br>

MOREIRA, Vinicius Silva. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Reflexões sobre o Território e a Territorialidade Para Compreender o Despertar de Um Movimento Social. SAQUET. Marcos Aurélio. Estudo Territoriais na Ciência Geográfica. 1 Ed. São Paulo. Expressões, 2013. 332 p. Graf. Tabs. Isbn. 978-85-6441-471-9

MOTA, S. Preservação e Conservação de recursos Hídricos. Rio de Janeiro: ABES, 1995.

MOTA, S. Introdução à Engenharia Ambiental. 1ª ed. Rio de Janeiro: ABES, 1997.

MOURA, Ezequiel Antonio de. A Corozinha da Ilha do Mel. Territorialidade de uma Comunidade Tradicional de Pescadores Artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá – PR. Dissertação de Mestrado – Unoversidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos, PR, 2016.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

OSTROM, Elinor, GARDNER, Roy & WALKER, James (1994). Rules, Games, and Common-Pool Resources. 1994. Ann Arbor. The University of Michigan Press.

OSTROM, Elinor; MCKEAN, Margaret (2001). Regime de propriedade comum em florestas: uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

OSTROM, Elinor; TUCKER, Catherine (2009). Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). *Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente*. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009.

OSTROM, Elinor; POTEETE, Amy R.; JANSSEN, Marco A (2011). Trabalho em Parceria: Ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo: Editora Senac. 2011 (Parte IV - Capítulos 9, p. 279-320).

OSTROM, Elinor; TUCKER, Catherine (2009). Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). *Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente*. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009.

PAIVA, J. B. D.; PAIVA, E. M. C. D. 2003. *Hidrologia Aplicada à Gestão de Pequenas Bacias Hidrográficas*. FINEP, ABRH, Porto Alegre.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Campina Grande: Raízes*, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan/dez. 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf. Site acessado na data de 04.12.2015.

PEREIRA, Silvia Regina. *Equidade Territorial Urbana*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). 2010.

PIMENTEL. Tâmara Borges de Carvalho. *O Enfrentamento Político dos Conflitos Socioambientais Decorrentes da Implantação de Usinas Hidrelétricas*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília. Brasília 2012.

POLICARPO, Mariana Aquilane. *Impactos Socioambientais do Desenvolvimento do Setor Agroflorestal em Santa Catarina: Estudo de Caso nas encostas da Serra Geral à Luz do Enfoque do Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Florianópolis – Santa Catarina, 2009.

POLICARPO. Mariana Aquilante; SANTOS, Claudia Regina dos. Proposta metodológica de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais de uso comum: a contribuição da análise trade-off. *REA – Revista de estudos ambientais*. v.10, n. 2, p. 71-87, jul./dez. 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
TUNDISI, José Galizia. *Recursos Hídricos no século XXI*. São Paulo. Editora: Oficina de Textos, 2011.

RATZEL, F. Tradução de Antônio Carlos Roberto de Moraes. 1º ed. São Paulo: Ática, 1990.

RAYNAUT, Claude e ZANONI, Magda. *La Construction de l'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement*. Paris: Unesco

Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHAIRES UNESCO DU DÉVELOPPEMENT DURABLE. 1993.

RODRIGUES, A. B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROMÃO, A. C. B. C.; SOUZA, M. L. Análise do Uso e Ocupação do Solo na Bacia do Ribeirão São Tomé, noroeste do Paraná –PR. RA'EGA 21, Curitiba, 2011.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: E. Sabourin; O. A. Teixeira (Ed. tec.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconômica e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C. "Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha". In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), 12 a 15 de maio de 2008, Fortaleza (CE). Anais..., Fortaleza: 2008.

SANSOLO e BURSZTYN. Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares. 2007.

SANTOS, F. C. dos; PEREIRA FILHO, W. Sensoriamento remoto aplicado aos estudos de ambientes aquáticos continentais. In: Reflexões sobre a Geografia do Rio Grande do Sul: Temas 42 G. M. P. BARRETO, M. A. V. BENTO em Debate. Santa Maria: UFSM, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Por Uma Abordagem Territorial. Território e Territorialidade: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: Uma concepção Multidimensional Voltada para a Cooperação e para o Desenvolvimento Territorial. 2 Ed. – Rio de Janeiro: Consequência 2015.

SAQUET, M. A. 2007. Abordagens e Concepções de Território. Expressão Popular. São Paulo.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. Revista Zona de Impacto. ISSN 1982-9108, Vol. 13. Setembro-Dezembro. Ano 11, 2009.

VEIGA, J.E. Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n.10, p. 129-136, 2002.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n° 51, p. 99-121, fevereiro de 2003.

SEMAPE. Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, 2006.

SILVA, Regina e SATO, Michèle. Mapeamento dos Grupos Sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas, Vol. VIII N° 2. P. 261 – 281. Julho – dezembro de 2010.

SILVA, Edcleide Maria. Desenvolvimento Sustentável: Uma Abordagem Sob A Perspectiva da Teoria do Pensamento Complexo. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Artigo acessado em 15/03/2017. No site www.adm.convibra.com.br

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar (2011). Elinor Ostrom: Governar os comuns. Dissertação (Mestrado em Economia e Política do Ambiente). Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Janeiro 2011. 16 p. Disponível em: Acesso em 25 nov 2013.

SOUZA, José Antônio. O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES SIMBÓLICAS, CULTURAIS E IDENTITÁRIAS. *Revista Ambivalências*. ISSN 2318-3888. V1. N.2. p. 156 – 177. Jul-Dez/2013. Acessado em 17/10/2017. Site acessado: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view>.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

TONNEAU, J. P.; VIEIRA, P. F. Que diretrizes de pesquisas para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: P. F. Vieira, A. A. Cazella, e C. Cerdan. (Orgs.). *Revista Eisforia*, Florianópolis, 4 (4) (Número especial), 2006.

TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

TURRI, Eugenio. *La Conoscenza del territorio. Metodologia per un'analisi storico-geografica*. Venezia: Marsilio, 2002.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Introdução geral: sociedades, natureza e desenvolvimento viável. In: P. F. Vieira e J. Weber (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro Metodológico participativo. Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

VON SPERLING, M.. Introdução à qualidade das águas e o tratamento de esgotos. 2ª ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO. C. A. C.. Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vida de comunidades tradicionais: A experiência da micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes(PR) V Encontro Nacional da Anppas 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis - SC – Brasil.

